

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RAFAEL RUCINSKI

**A CRISE DE 2008 E OS IMPACTOS NA BALANÇA COMERCIAL DE SANTA
CATARINA**

FLORIANÓPOLIS, 2013

RAFAEL RUCINSKI

A CRISE DE 2008 E OS IMPACTOS NA BALANÇA COMERCIAL DE SANTA CATARINA

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei

FLORIANÓPOLIS, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A CRISE DE 2008 E OS IMPACTOS NA BALANÇA COMERCIAL DE SANTA
CATARINA**

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 ao aluno Rafael Rucinski na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:

Prof. Lauro Francisco Mattei

Prof. Fernando Seabra

Prof. Saulo de Castro Lima

RESUMO

Este estudo procura avaliar os impactos da crise econômica mundial de 2008 na balança comercial de Santa Catarina. O estudo tem num primeiro momento a caracterização da crise econômica, mostrando de onde ela surgiu e como afetou a economia mundial. Ficou claro que a crise foi consequência da crescente desregulamentação financeira após a adoção das taxas de juros e de câmbio flutuantes. Com as inovações financeiras que surgiram, começou-se a utilizar o crédito *subprime* em larga escala, levando à uma bolha imobiliária que acabou gerando a crise através de seu estouro. Logo após são discutidos os efeitos da crise na economia brasileira, destacando alguns impactos importantes como o PIB, taxa de câmbio e nível de emprego. É mostrado também qual foi a manobra da política econômica adotada pelo governo brasileiro no combate dos impactos negativos desta crise. No capítulo principal, no qual busca-se o cumprimento do objetivo principal, é discutido os impactos da crise na balança comercial de Santa Catarina. Os dados foram pesquisados nos sites do IBGE e do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. A análise das tabelas e dos gráficos mostrou que a crise econômica afetou profundamente a balança comercial catarinense, reduzindo o nível de exportação das empresas, ao mesmo tempo em que houve um substancial aumento na importação de produtos vindos principalmente da China, país que foi pouco afetado pela crise de 2008.

Palavras-chave: crise de 2008; economia catarinense; balança comercial.

ABSTRACT

This study evaluates the impacts of the global economic crisis of 2008 in the commercial balance of Santa Catarina. The study has at first step to characterize the economic crisis, showing where it originated and how it affected the world economy. It was clear that the crisis was a result of increasing financial deregulation after the adoption of floating interest rates and exchange rates. With financial innovations that have emerged, the financial system began to use subprime loans on a large scale, leading to a real state bubble that generated the crisis through its overflow. Just after, it is discussed the effects of the crisis on the Brazilian economy, highlighting some important impacts such as GDP, exchange rate and level of employment. It was also shown the operation of the economic policy adopted by the Brazilian government to combat the negative impacts of this crisis. In the main chapter, which is that what seeks the fulfillment of the main objective, it is discussed the impacts of the crisis on commercial balance of Santa Catarina. Data were searched in websites like IBGE and the Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. The analysis of tables and graphs showed that the economic crisis has profoundly affected the commercial balance of Santa Catarina, reducing the level of exports, while there was a substantial increase in imports of products coming mainly from China, which was affected just a little by the 2008 crisis.

Keywords: 2008 crisis; Santa Catarina's economy; commercial balance.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Valorização dos ativos financeiros	15
Tabela 2: Evolução das taxas de juros americanas até 2003	17
Tabela 3: Evolução das taxas de juros americanas até 2006	20
Tabela 4: Índice de inflação medido pelo IPCA e o teto da meta estipulado pelo CMN.....	29
Tabela 5: Balança comercial do Brasil no período de 2003 até 2008	30
Tabela 6: Balança comercial do Brasil no período de 2009 até 2012	36
Tabela 7: Taxa de desocupação em Santa Catarina (2005-2010).....	41
Tabela 8: Participação das exportações e importações catarinenses na balança comercial brasileira	42
Tabela 9: Saldo da balança comercial catarinense (2004-2012)	46
Tabela 10: Principais produtos exportados pelo estado Santa Catarina (2006-2009)	53
Tabela 11: Principais produtos importados pelo estado Santa Catarina (2006-2009).....	54
Tabela 12: Principais empresas exportadoras catarinense (2006-2009).....	55
Tabela 13: Destino das exportações catarinenses (2006-2009).....	56
Tabela 14: Origem das principais importações catarinenses (2006-2009).....	57

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Crescimento do PIB mundial no período de 2000 – 2012	24
Gráfico 2: Crescimento do PIB na zona do Euro no período de 2000 até o início de 2013.....	26
Gráfico 3: PIB do Brasil no período de 2000 até 2012	28
Gráfico 4: Taxa de câmbio R\$/US\$ de 2000 até 2012.....	32
Gráfico 5: Formação bruta de capital fixo, variação real anual, de 2000 até 2012	34
Gráfico 6: Crescimento do PIB catarinense no período de 2003 até 2010.....	40
Gráfico 7: Comparativo entre o crescimento das exportações e importações na economia catarinense (2000-2008)	43
Gráfico 8: Crescimento do saldo da balança comercial catarinense (2000-2008)	44
Gráfico 9: Crescimento da balança comercial de Santa Catarina (2000-2012).....	45
Gráfico 10: Crescimento das exportações catarinenses (2000-2012).....	47
Gráfico 11: Crescimento das importações catarinenses (2000 – 2012)	48
Gráfico 12: Composição da exportações catarinenses (2000-2012)	49
Gráfico 13: Composição das importações catarinenses (2000-2012)	50
Gráfico 14: Composição dos Produtos Industrializados Importados (2000-2012)	51
Gráfico 15: Gráfico: Composição dos Produtos Industrializados Exportados (2000-2012)....	52

SUMÁRIO

1.TEMA E OBJETIVOS DO ESTUDO	8
1.1INTRODUÇÃO.....	8
1.2OBJETIVOS DO ESTUDO	10
1.2.1Objetivo Geral	10
1.2.2Objetivos Específicos	10
1.3PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS GERAIS.....	10
1.4ESTRUTURA DO ESTUDO	11
2.CARACTERIZAÇÃO DA CRISE	13
2.1DESREGULAMENTAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA.....	13
2.2FINANCEIRIZAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO NOS ESTADOS UNIDOS	16
2.3ESTOURO DA BOLHA E O INÍCIO DA CRISE	20
2.4IMPACTOS DA CRISE NA ECONOMIA MUNDIAL.....	24
3.IMPACTOS DA CRISE NA ECONOMIA BRASILEIRA	28
3.1SITUAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA ANTES DA CRISE	28
3.2CONSEQUÊNCIAS DA CRISE NA ECONOMIA BRASILEIRA.....	31
3.3POLÍTIAS ANTICÍCLICAS ADOTADAS	37
4.IMPACTOS DA CRISE NA BALANÇA COMERCIAL CATARINENSE.....	40
4.1IMPACTOS GERAIS DA CRISE NA ECONOMIA CATARINENSE	40
4.2SITUAÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL ANTES DA CRISE	42
4.3BALANÇA COMERCIAL DE SANTA CATARINA PÓS-CRISE MUNDIAL.....	44
5CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS	61

CAPÍTULO 1: TEMA E OBJETIVOS DO ESTUDO

1.1 INTRODUÇÃO

A crise de 2008 se desenvolveu a partir de acontecimentos no mercado financeiro americano ainda em 2007, principalmente com relação à perda de dinamismo relacionada ao financiamento de imóveis, nos Estados Unidos. A crise se espalhou rapidamente pelos mercados financeiros mundiais, e já em agosto de 2007, o BNP-Paribas, que é o maior banco francês, suspendeu o resgate das quotas de seus fundos imobiliários (BORÇA JÚNIOR; TORRES FILHO, 2008).

Contribuíram para que essa crise se tornasse sistêmica a desregulamentação e a globalização financeira. Estes foram influenciados pela derrocada do regime de Bretton Woods e a consequente flexibilização das taxas de juros, além do fortalecimento do euromercado de dólares (ARIENTI; INÁCIO, 2010).

Portanto, a partir da década de 1970, esse processo de desregulamentação financeira já havia atingido o mercado imobiliário norte-americano, levando à um elevado grau de desregulamentação nesse setor já a partir dos anos 1990. Outras características deste setor são a predominância da securitização e a crescente utilização de novos tipos de ativos trazidos pelas inovações financeiras, surgidas nesse contexto liberal como forma de reduzir risco e ampliar os ganhos recebidos (ARIENTI; INÁCIO, 2010).

Dentre essas inovações destaca-se como sendo de fundamental importância para a eclosão da crise, a crescente utilização dos créditos *subprime*. Segundo Wacker (2008 apud ALBERINI; BOGUSZEWSKI, 2008), os títulos *subprime*, são basicamente aqueles que possuem a mais baixa classificação no mercado hipotecário americano, sendo oferecidos para pessoas que não possuem um histórico de bom pagador. A crise nesse mercado causou um impacto muito grande na economia mundial, o que faz essa crise ser considerada a mais impactante desde a crise de 1929 (LIMA; MATHIAS, 2009).

Como apontam Pastore e Pinotti (2008), no Brasil, a situação econômica era favorável, com um nível elevado de reservas, dívida externa baixa, dívida pública cadente em relação ao PIB e desdolarizada. Mas o otimismo existente na nossa economia ignorava que essa era a situação econômica de quase todos os principais países afetados pela crise. Dentre outros fatores, a crise desemboca no Brasil através de:

[...] Preços internacionais de *commodities*, dos quais as exportações brasileiras dependem de uma forma muito rígida; e o dos fluxos de capitais, que determina o déficit possível nas contas correntes, que por sua vez condiciona a taxa de investimentos e a própria taxa de crescimento econômico brasileiro. (PASTORE; PINOTTI, 2008, p. 3)

O governo brasileiro, diante da iminência do impacto da crise econômica, passa então a alavancar programas que estimulem a demanda e incentivem os gastos. Dentre esses programas destacam-se, o aumento do crédito por intermédio de bancos públicos, a redução da taxa Selic, e os programas sociais como o “Minha Casa, Minha Vida” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010). A redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) também foi de suma importância para que o Brasil, ao menos momentaneamente, se protegesse da crise.

Apesar das medidas adotadas pelo governo brasileiro no combate à crise econômica, o país não ficou de fora de seus desdobramentos. A taxa de desemprego subiu nesse período em decorrência da queda de produção das empresas nacionais e multinacionais, o PIB brasileiro no período registrou uma leve recessão, dentre outros resultados que mostram que a crise afeta até mesmo países que aparentemente não possuem nenhuma ligação com o mercado imobiliário norte-americano, através da globalização financeira.

Houve no Brasil e em Santa Catarina uma grande mudança no que diz respeito à balança comercial, já que o esgotamento da capacidade econômica dos países que são parceiros comerciais tanto do Brasil, como de Santa Catarina, fez com que fossem gerados déficits cada vez maiores em suas balanças comerciais, principalmente na catarinense, em função da existência de grandes empresas exportadoras no estado. Com a economia mundial em colapso, era de se esperar que houvesse uma redução do consumo mundial, já que os mercados tentavam se ajustar de acordo com a falta de liquidez momentânea. Portanto, era de se esperar que as exportações catarinenses fossem prejudicadas com a falta de liquidez mundial, já que o estado possui diversos parceiros comerciais no exterior.

É com base nesses acontecimentos que esta pesquisa procura entender os acontecimentos que levaram ao colapso do mercado de hipotecas dos Estados Unidos, que afetou toda a economia mundial. Além disso, busca-se fazer um paralelo com a economia brasileira, mostrando os efeitos causados pela crise, bem como as políticas do governo utilizadas para proteger a economia brasileira. Paralelamente, analisou-se os resultados produtivos no estado de Santa Catarina durante a crise de 2008, com ênfase no desempenho da balança comercial catarinense durante este período da crise.

1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os impactos da crise de 2008 na balança comercial de Santa Catarina.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar os fatores que levaram à crise mundial iniciada em 2008.
- b) Discutir os gerais efeitos da crise sobre a economia brasileira e catarinense.
- c) Analisar os impactos específicos da crise sobre as exportações e importações de Santa Catarina.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS GERAIS

Este trabalho pode ser caracterizado quanto aos objetivos, geral e específicos, como uma pesquisa descritiva, pois procura descrever os fatos que levaram à crise de 2008, os impactos dessa crise na economia brasileira e catarinense, além de descrever os resultados na balança comercial de Santa Catarina (GIL, 2010). Como nos mostra Triviños (1987), a pesquisa descritiva é aquela que pretende nos apresentar os fatos com a maior exatidão possível, não dando espaço para ambiguidades. Porém, no segundo capítulo, a pesquisa terá um caráter explicativo, já que se dará uma explicação do conjunto de fatores que determinaram o início da crise de 2008 (GIL,2010).

Quanto à abordagem, define-se como pesquisa qualitativa, porém utilizando elementos de pesquisa quantitativa para servir de análise empírica sobre o tema e para dar veracidade à análise qualitativa (GIL, 2010). Como sugere Triviños (1987), a pesquisa qualitativa é o oposto da pesquisa quantitativa, mas as duas se complementam, podendo ambas ser usadas para fornecer uma melhor precisão ao estudo. Outra ideia de que as duas abordagens são úteis é apresentada por Teixeira (2006), para o qual a pesquisa qualitativa tem por finalidade reduzir a distância entre o conteúdo teórico e o conteúdo numérico, utilizando a partir daí a análise fenomenológica, ou seja, compreendendo os fenômenos através da descrição e interpretação.

E quanto aos procedimentos de pesquisa que serão adotados, destaca-se pelas “fontes de papel” a pesquisa bibliográfica, através de livros e revistas periódicas, físicas ou digitais. Os dados foram coletados, quando necessário, através dos meios disponibilizados pelas

fontes institucionais de acordo com cada parte da pesquisa. Informações sobre os fatos que levaram à crise mundial atual foram pesquisados em artigos científicos. Dados da economia brasileira e catarinense, bem como da balança comercial de Santa Catarina, foram coletados das diversas fontes disponibilizadas pelo Governo Federal, dentre essas destacam-se o *site* do Ipeadata, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, pelo Banco Mundial (*World Bank*), dentre outras fontes secundárias.

A análise dos dados coletados foi feita através da exposição dos mesmo em tabelas e em gráficos para uma melhor visualização dos resultados obtidos. Em alguns gráficos específicos, como os que mostram o crescimento do PIB das economias analisadas, os dados podem ser em números absolutos ou em variação percentual de crescimento, dependendo do contexto de cada seção estudada. Para a análise dos dados sobre balança comercial foram utilizados dados FOB (*free on board*), que indicam os preços ao valor de embarque, descontando taxas de fretes, seguros, impostos, entre outros.

Este trabalho estará dividido em cinco capítulos que contemplarão todos os objetivos propostos anteriormente, e ainda as principais conclusões obtidas com o estudo. Na seção a seguir serão apresentados o conteúdo de cada capítulo.

1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos. Este capítulo inicial se propôs a apresentar o tema através de uma breve introdução, definir o objetivo geral do trabalho e os objetivos específicos. Além disso, foi apresentado a metodologia do estudo.

No segundo capítulo discute-se como e onde surgiu a crise do crédito *subprime* através da análise de artigos publicados sobre o assunto. A primeira parte deste capítulo aborda a desregulamentação e globalização financeira. A segunda parte trata sobre a financeirização dos imóveis no mercado imobiliário norte-americano, explicando como isso levou ao surgimento de uma bolha imobiliária. Na terceira seção é explicado como o estouro dessa bolha levou à eclosão da crise mundial. E por fim, na última seção, são apresentados alguns resultados da crise na economia mundial.

O terceiro capítulo é sobre a economia brasileira e foi dividido em três seções. A primeira aborda a situação econômica do Brasil em um período anterior à crise. Na segunda seção são apresentados os desdobramentos dessa crise mundial na economia brasileira. E a última seção fica responsável por apresentar alguns instrumentos de política econômica adotados pelo governo brasileiro para o combate da crise.

O quarto capítulo sobre a economia catarinense também foi dividido em três seções. A primeira seção apresenta alguns dos impactos da crise mundial na economia catarinense. A partir da segunda seção, o trabalho foca no objetivo principal, mostrando a situação da balança comercial antes da crise econômica, e, na terceira seção, é apresentado os resultados da balança comercial de Santa Catarina no período pós-crise econômica.

O quinto e último capítulo trará as considerações finais sobre esta monografia, com ênfase na análise dos resultados obtidos no estudo da balança comercial de Santa Catarina no período da crise.

CAPÍTULO 2: CARACTERIZAÇÃO DA CRISE

2.1 DESREGULAMENTAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA

A economia capitalista globalizada possui diversas características que a torna propensa à crises de grandes proporções. Um traço potencializador e que torna as crises atuais sistêmicas, seria o caráter globalizado da economia mundial. Hoje em dia é perfeitamente normal um agente econômico possuir investimentos e acompanhar a evolução dos mesmos, em diferentes países, diversificando sua carteira de ativos e contribuindo para esse caráter globalizado da economia atual. Para Carneiro (1999), a hipótese essencial para entendermos esse processo é que a globalização é resultado da interação de dois movimentos básicos, quais sejam, a progressiva liberalização financeira no plano doméstico, e a crescente mobilidade de capitais no plano internacional.

Ainda segundo Carneiro (1999), ocorreu uma inovação no sistema financeiro a partir da expansão do crédito. A inovação é produzida pela liberalização financeira através do fortalecimento das finanças de mercado, e esta é consequência da evolução dos mercados de ativos, oferecendo uma maior liquidez e reduzindo o risco de mercado, fazendo com que os ativos se tornem um objeto de acumulação.

Segundo Maia (2008), esse processo de economia globalizada surgiu no final da década de 1950 com a criação do euromercado de dólares, para fugir da grande regulamentação que existia no mercado financeiro americano. O euromercado, assim como a evolução das telecomunicações, contribuíram para e crescente desregulamentação financeira e uma intensa mobilidade de capitais entre as principais economias do globo. A evolução de mercados financeiros em diferentes localidades, com as economias adotando taxas de câmbio flexíveis, elevou o grau de instabilidade da economia mundial.

Arienti e Inácio (2010) destacam que a economia internacional vinha de uma relativa estabilidade após os eventos da Grande Depressão graças a existência de um regime financeiro regulamentado. Porém, a partir da década de 1970, iniciou-se um processo de desregulamentação financeira nos Estados Unidos, estimulada por diversos fatores.

Dentre esses fatores, destaca-se a crescente aceleração inflacionária que tornava insustentáveis os limites impostos às taxas de juros. Esse controle das taxas de juros era herança da regulamentação financeira. Além do processo inflacionário na economia mundial, a liquidez de dólares, que era fruto dos crescentes déficits no balanço de pagamentos nos EUA, contribuíram também para o fortalecimento do euromercado e de praças financeiras

desregulamentadas. Esse processo contribuiu para a internacionalização das finanças, que posteriormente foi fortalecido pelo advento dos petrodólares. O auge desse processo de internacionalização financeira se dá no ano de 1973, com a substituição das taxas de câmbio fixas pelas taxas de câmbio flutuantes (ARIENTI; INÁCIO, 2010).

Segundo Carneiro (1999), a razão mais importante para o impulso à globalização e a derrota da ordem regulada de Bretton Woods, foi a mudança de posição nos países que dominavam o contexto internacional ao final dos anos 1970. Os Estados Unidos perdem a liderança tecnológica e comercial e passam a consolidar sua hegemonia através de seu poder financeiro, utilizando o dólar como reserva de moeda internacional. A Inglaterra somente continuou como país importante através da ampliação de sua praça financeira *off-shore*. O Japão com seus recorrente superávits em transações correntes também passa a se interessar na liberalização financeira.

Essa consolidação da hegemonia norte-americana através do dólar pode ser expressada através das características dessa moeda. Já que os EUA são a potência dominante em termos políticos e militares, a sua dívida pública constitui o ativo financeiro mais importante, e a moeda americana, através dos títulos públicos constitui assim a principal reserva de valor na economia mundial. Esse aspecto da moeda americana faz com que a desregulamentação e liberalização dos mercados financeiros centrais se faz acompanhar de um crescente aumento do uso do dólar na maior parte das operações financeiras (CARNEIRO, 1999).

Para Paulani (2009), a partir dos anos 1980, com o predomínio das teses liberais, tendo como características das economias mundiais, baixo crescimento do produto, redução de salários e do desemprego na maioria dos países, enorme crescimento dos ativos financeiros, e uma conjuntura instável. Chesnais (1997, apud PAULANI, 2009) defende a tese de que o capitalismo vive sob um regime de acumulação em que se destaca a valorização financeira. Essa grande valorização dos ativos financeiros pode ser observada na Tabela 1.

Tabela 1: Valorização dos ativos financeiros.

Ano	Estoque mundial de ativos financeiros (US\$ trilhões)	PNB Mundial (US\$ trilhões)
1980	12	11,8
1993	53	24,9
1996	69	30,3
1999	96	31,1
2003	118	37,1
2006	167	48,8
2007	200	54,8

Fonte: Adaptado de Paulani (2009).

Para Kregel (1996), a principal diferença entre essa rápida integração econômica internacional nos anos 1980 daquela que se deu antes da Grande Depressão é que, no caso mais recente, o setor financeiro global representa a principal força no processo da globalização. Existe portanto um mercado de capitais global, que funciona 24 horas por dia, e também provedores de serviços financeiros em praticamente todos os países operando ininterruptamente. Essas condições ainda não são rotineiras para as indústrias manufatureiras, não havendo também um mercado global nesse setor, já que a produção capitalista ainda exige capital fixo, que cria algumas ineficiências ao processo de globalização por não ser deslocável para diferentes partes do globo sem custo, como ocorre com os ativos financeiros.

Ainda segundo Kregel (1996), essa imobilidade espacial da capacidade de produção física é a responsável pelos mercados financeiros obterem um domínio sobre os processos econômicos. Esse domínio cresceu com a variabilidade nos custos e preços internacionais, resultados da utilização de taxas de câmbio e juros flexíveis, que proporcionam também o desenvolvimento de inovações financeiras que dominam o processo de globalização atualmente.

Durante essa evolução da economia capitalista globalizada e integrada, diversas crises de menor impacto surgiram no sistema, afetando os mercados financeiros mundiais. Como exemplo temos a crise do Japão em 91, crise do México em 94, crise asiática em 97, crise na Rússia em 98, crise do Brasil em 99 e a crise na Argentina em 2001. Todas essas crises afetaram as economias mundiais, mas a crise que se desenvolveu a partir de meados de 2008, e que persiste até hoje, é a que pode ser considerada a mais devastadora desde a crise de 1929 (LIMA; MATHIAS, 2009). Para Gonçalves (2008), essa crise atual revelou a natureza

predatória do capitalismo nesse contexto de liberalização e desregulamentação do regime liberal.

2.2 FINANCEIRIZAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO NOS ESTADOS UNIDOS

De acordo com Gontijo (2008), a crise que atualmente assola a economia mundial, teve suas raízes na reversão do ciclo da construção residencial dos EUA no ano de 1994, quando os preços das residências começaram a crescer cada vez mais. Dados mais recentes elaborados pelo *Residential Finance Survey*, variável que faz parte do *U.S. Census Bureau*, que mede os níveis das dívidas com hipotecas residenciais e avalia a eficácia do sistema de financiamento residencial nos EUA, apontam que em 2001 aproximadamente 97% das compras de imóveis residenciais foram feitas com empréstimos hipotecários. Gontijo (2008) ainda coloca que as residências representam bens de consumo de longa duração pra quem adquire para uso pessoal, e bens de capital para os proprietários que optam por alugá-las.

A construção residencial é dependente das condições de créditos disponíveis no mercado, de modo que a “demanda por casa será afetada pela liquidez do comprador” (STEIN, 1995 apud GONTIJO, 2008). Gontijo (2008) aponta que a liberalização financeira e o desenvolvimento da securitização, em meados da década de 80, causaram uma reestruturação no sistema habitacional norte-americano, integrando esse mercado habitacional ao mercado de capitais.

A partir da liberalização econômica e a evolução nas telecomunicações, ocorreu um processo que ficou conhecido como financeirização dos imóveis. Esse processo levou a uma diversificação dos contratos financeiros e a uma ampliação do crédito, principalmente do crédito imobiliário, com os preços passando a ser cada vez mais dependentes dos mercados financeiros. Esse processo de financeirização acabou contribuindo para o aumento do uso da securitização das hipotecas residenciais (CAGNIN, 2009).

O desenvolvimento de hipotecas securitizadas é o que levou ao enfraquecimento desse sistema imobiliário norte-americano. As instituições financeiras que utilizam desse procedimento tornam-se frágeis se caso algum problema externo ocorra. Essas hipotecas são conhecidas no mercado norte-americano como MBSs (*mortgage-backed-securities*) ou RMBSs (*residential mortgage-backed-securities*) e surgiram pela primeira vez com a disponibilização feita pelo Banco de Boston em 1985 (WARD; WOLFE, 2003 apud GONTIJO, 2008). A securitização se dá quando a obtenção de recursos pelas instituições passa a ser a captação por emissões de papéis (*securities*), que passam a ser vendidos diretamente no mercado. Esse

processo é a securitização primária. A securitização secundária, representa o processo nos quais as obrigações que eram originalmente geradas com o crédito bancário, são transformadas nesse papéis negociáveis no mercado de capitais (MAIA, 2008).

O processo de securitização através das hipotecas imobiliárias funciona com o banco repassando o risco para os possíveis investidores, e ainda, com a remoção da hipoteca dos balanços das instituições financeiras, as imposições do Acordo de Basileia são flexibilizadas, liberando o capital dos bancos para a aplicação em outras operações (GONTIJO, 2008). Para Arienti e Inácio (2010), a operação de securitização transfere o risco dos bancos para o investidor, já que os compradores desses títulos, por não saberem quais hipotecas servem de lastro para esses títulos, não sabem do risco que estão correndo. Além disso, a securitização das hipotecas faz com que estas sejam removidas dos balanços, praticando o que se chama de operações fora do balanço. Isso contribui para que a regulamentação nessas instituições fosse de certa forma burlada, fazendo com que lucros mais elevados possam ser obtidos (CARVALHO, 2008).

Além da grande difusão desse processo de securitização, teve grande importância para a formação da bolha especulativa, que acabou se transformando na crise, as constantes reduções das taxas de juros promovidas pelo *Federal Reserve*, que podem ser observadas na Tabela 2. Essa redução se deu com a eclosão da crise do mercado acionário, que afetaram as empresas de internet, em 2000, e logo depois com os ataques terroristas de 11 de setembro em 2001. A taxa de juros americana chegou a 1% em 2003 (GONTIJO, 2008).

Tabela 2: Evolução das taxas de juros americanas até 2003.

Mês/Ano	Taxa de Fundos Federais do FED (em %)
05/2000	6,75
05/2001	4
12/2001	1,75
11/2002	1,25
06/2003	1

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponíveis em *Federal Reserve Bank of New York*. Disponível em: < <http://www.newyorkfed.org/markets/statistics/dlyrates/fedrate.html>>.

Segundo Cagnin (2009), essa política de redução das taxas de juros, acabou por gerar duas consequências. A primeira delas é a que a demanda por crédito residencial foi expandida para as famílias de baixa renda. A segunda delas é que com as taxas de juros mais baixas, reduziu-se a aversão ao risco nos mercados financeiros, com a consequente expansão

da oferta de crédito, o que contribuiu para o aumento do uso das hipotecas securitizadas. Ainda segundo Cagnin (2009), com a aumento da disponibilidade das condições de financiamentos, se aquecia também a demanda por imóveis, e, com a oferta de imóveis sendo inelástica no curto prazo, o preço desses imóveis tendiam a aumentar cada vez mais. O preço dos imóveis chegou a triplicar de valor no período de 1997 e 2006 (BORÇA JÚNIOR; TORRES FILHO, 2008).

Com o aumento da disponibilidade de crédito e aumento do preço das residências, acelerou-se rapidamente o processo de securitização, fazendo surgir com maior força as hipotecas *subprime*, classificação dada por não necessitar de nenhuma garantia e nem histórico de bom pagador, ao contrário das hipotecas *prime*, onde esses requisitos são necessários (GONTIJO, 2008). Esse mercado *subprime* servia portanto para captar a demanda potencial do setor imobiliário de renda mais baixa. Outro aspecto importante do crédito *subprime* é que, além de ele ser destinado a pessoas que não tenham uma boa capacidade de pagamento, existiam ainda outras características que acabavam transformando essas operações em mais arriscadas. Uma dessas características diz respeito do crédito *subprime* utilizar operações muito longas, em média de 30 anos, e que tinham diversas condições de pagamento (BORÇA JÚNIOR; TORRES FILHO (2008). Segundo dados apresentados por esses autores, o mercado de hipotecas movimentou, entre 2001 e 2006, uma média anual de 3 trilhões de dólares. Apontam ainda que o volume com as operações de crédito *subprime* chegou a 600 bilhões de dólares ao final de 2006.

Houve ainda um processo de securitização das próprias hipotecas *subprime* que, como explica Borça Júnior e Torres Filho (2008), eram feitos através de algumas instituições financeiras, usando modelos do tipo Originação e Distribuição, onde as empresas financeiras que atuavam como originadores dessas operações através do fornecimento de financiamentos imobiliários, agiam também como distribuidores do risco, na medida em que securitizavam esses créditos *subprime* e repassavam ao mercado de capitais. Esse procedimento contribuía para uma maior alavancagem dessas instituições financeiras e repassava ao sistema os riscos embutidos nestas operações. Portanto, com a velocidade com que circula a informação, juntamente com a liberalização financeira, que proporcionou uma circulação cada vez maior de ativos, criou-se uma integração dos mercados financeiros mundiais, que combinada com o crescimento das hipotecas *subprime* e da securitização, tendem a gerar um sistema cada vez mais instável. Borça Júnior e Torres Filho (2008) ainda argumentam que a utilização cada vez maior das hipotecas *subprime* serviu para a continuidade do crescimento da bolha imobiliária.

Borça Júnior e Torres Filho (2008) apresentam informações sobre a participação do setor privado nos empréstimos *subprime* e como isso funcionava no sistema financeiro mundial.

A explicação resumida é que o crescimento do mercado de hipotecas e securitização dos empréstimos *subprime* era feito com financiamentos obtidos através de recursos com a venda de títulos no mercado através dessas empresas privadas. Esse processo era iniciado com a transferência de contratos de hipotecas para um fundo de investimento chamado de *mortgage pool*, que emitia cotas de classes diferentes, que possuíam taxas de retorno e riscos diferentes. O risco e o tamanho de cada cota eram calculados através de modelos feitos pelas principais empresas de classificação de riscos, como a Standard and Poor's e Moody's. Esses modelos levavam em conta a taxa de inadimplência como principal atributo. Era utilizada uma espécie de hierarquia. As cotas com uma classificação mais elevada seriam as últimas a apresentar perdas decorrentes de atrasos ou inadimplência. Se as perdas fossem maiores do que certo limite, elas seriam repassadas para a classificação de risco mais alta, e assim sucessivamente até chegar nas AAA. Como essas eram as cotas mais seguras, elas pagavam menos do que as cotas com classificação mais baixa. Os bancos na colocação dessas cotas no mercado de capitais, as dividiam em três grupos: as de menor risco, A, AA e AAA; as de risco médio, B, BB, e BBB; e as de maior risco, que submetidas a um processo de transformação financeira mediante o uso de derivativos de crédito melhoravam as respectivas classificações de risco.

Borça Júnior e Torres Filho (2008) ainda explicam que as cotas de risco médio eram transferidas a um fundo CDO (*collateralized debt obligations* ou em português títulos garantidos por dívidas), junto com outros títulos de dívida, como recebíveis de cartão de crédito, empréstimos estudantis, ou até outros investimentos em imóveis. Assim existiam milhares tipos de contratos diluídos nesses fundos, o que contribuía para diminuir o risco. Com essa combinação de títulos dos mais variados tipos, foi possível que papéis lastreados em hipotecas *subprime* fossem classificados como de baixo risco, risco esse que era transferido das agências originadoras de crédito para todos os tipos de investidores. O fundo CDO emitia outros títulos com categorias de risco e retorno com hierarquias como o *mortgage pool*, permitindo que de cada US\$ 100 em cotas de risco médio já existentes se transformassem em US\$ 75 de ativos com classificação maior, fazendo com que dessa forma, os bancos captassem recursos a um custo menor para financiar os ativos lastreados em *subprime*. Essas transformações financeiras fizeram com que o risco para as instituições financeiras fossem reduzidos e ainda transferidos para o mercado de capitais, a um custo mais baixo, utilizando uma alavancagem maior, sem que a sua carteira fosse piorada, fazendo com que a cessão de créditos *subprime* fosse feita com possibilidade de bons retornos e com riscos inferiores.

2.3 ESTOURO DA BOLHA E O INÍCIO DA CRISE

Para Gonçalves (2008), essa crise tem início com insolvência generalizada no sistema de hipotecas imobiliárias nos Estados Unidos. Essa insolvência foi causada pela expansão do crédito, principalmente o imobiliário, e é apontado como causa dessa expansão um determinante conjuntural e um determinante estrutural. Como determinante conjuntural, Gonçalves (2008) também aponta a redução das taxas de juros e a consequência imediata foi a expansão do crédito imobiliário, e da demanda por imóveis, o que levou ao aumento do preço dos mesmos, e levando portanto a serem demandados pelo motivo especulação. Pelos fatores estruturais, temos como ponto principal a crescente desregulamentação financeira, que ficou marcada pelo grande aumento das hipotecas *subprime*, e também pela grande alavancagem do sistema financeiro, aí tendo mais força nos bancos de investimento.

Gontijo (2008) afirma que esse mercado das hipotecas *subprime*, e seu constante crescimento, foi bem absorvido pela economia americana sem maiores problemas até meados de 2006. Nessa época os preços dos imóveis começaram a cair por um crescimento da oferta de imóveis que estavam com os preços elevados, devido ao crescimento anterior, havendo portanto, no verão de 2006, um excesso de oferta que acabou forçando os preços para baixo. Nessa mesma época, as taxas de juros nos Estados Unidos saltaram de 1% para 5,25% em junho de 2006, como pode ser observado na Tabela 3. Isso contribuiu também para que houvesse uma redução do preço dos imóveis (BORÇA JÚNIOR; TORRES FILHO, 2008).

Tabela 3: Evolução das taxas de juros americanas até 2006.

Mês/Ano	Taxa de Fundos Federais do FED (em %)
06/2004	1,25
12/2004	2,25
06/2005	3,25
12/2005	4,25
06/2006	5,25

Fonte: Elaborado pelo autor com os dados disponíveis em *Federal Reserve Bank of New York*. Disponível em: < <http://www.newyorkfed.org/markets/statistics/dlyrates/fedrate.html> >.

Quando os preços dos imóveis começaram a baixar, juntamente com o aumento das taxas de juros, ficava muito mais difícil para o contratante do crédito *subprime* honrar com seus compromissos, já que as operações eram realizadas com taxas de juros pós-fixadas, e com a redução dos preços, nem mesmo o motivo de especulação, ou a esperança de uma valorização

dos imóveis era possível. Como os contratos eram longos, ficou muito difícil para os tomadores refinanciarem seus empréstimos, e assim teve início uma onda de atraso de pagamentos. Com a alta inadimplência no período e a impossibilidade da existência de qualquer tipo de especulador imobiliário, o número de imóveis novos vendidos caiu 26,4% já em 2007. Com o crescente aumento da oferta de imóveis e a conseqüente baixa dos preços, houve uma relutância dos proprietários em vender os imóveis abaixo do valor da hipoteca, o que leva a um número de 4 milhões de casas não vendidas em janeiro de 2008, juntamente com 2,9 milhões de imóveis desocupados (GONTIJO, 2008).

Com a queda do preço dos imóveis, e a conseqüente inadimplência, os danos foram graves no mercado hipotecário, sendo que em fevereiro de 2007 os primeiros efeitos já foram sentidos no mercado financeiro. Segundo Gontijo (2008), neste mês o HSBC divulgou em seu balanço perdas vindas do mercado imobiliário. No mês seguinte, abril de 2007, a empresa New Century Financial que era especializada nas hipotecas do tipo *subprime* passou por uma grave crise, onde foi obrigada a dispensar a metade de seus funcionários. Em julho do mesmo ano, o Bear Stearns, um dos maiores bancos de investimento dos Estados Unidos, avisou os seus investidores de que não era mais seguro e inclusive podiam perder dinheiro se investissem em fundos de derivativos de hipotecas. Neste período ainda, as principais agências de classificação rebaixaram as notas de todos os derivativos de hipotecas, seguindo-se a isso grandes perdas pelos principais bancos de investimentos que atuavam no setor imobiliário devido à corrida, por parte dos investidores, para retirar os depósitos feitos nessas instituições.

Alguns bancos de investimento europeus foram encontrando dificuldade até que um dos maiores deles, o BNP-Paribas, anunciou que suspenderia o resgate de três cotas de fundos imobiliários seus. Essa ação do francês BNP levou a uma grande instabilidade no mercado financeiro mundial, com as ações desses maiores bancos de investimento despencando, o que levou a despencar também todo o mercado de capitais europeu. Essa onda de choque que passou o mercado financeiro mundial em meados de 2007 foi inicialmente controlado através da imediata ajuda de Federal Reserve, do Banco Central Europeu e do Banco do Japão, que juntos injetaram quase 400 bilhões de dólares no sistema financeiro (GONTIJO, 2008).

Reagindo a esses acontecimentos, os investidores internacionais começaram e se desfazer de suas posições de crédito hipotecário, afetando assim todos os mercados. Na Inglaterra, por exemplo, registrou-se pela primeira vez uma corrida para a retirada dos ativos de um de seus maiores bancos, o Northern Rock. Além de tudo isso, as taxa de juros interbancárias começaram a subir por todos os lugares, indicando assim que os bancos não estavam muito interessados em socorrer bancos com dificuldades. E nesse momento que os

Bancos Centrais começam a intervir para que o sistema econômico mundial não entrasse em colapso. (BORÇA JÚNIOR; TORRES FILHO, 2008).

Conforme Carneiro (2010), o padrão de endividamento que estava em vigor era o endividamento das famílias e das empresas na ampliação dos seus patrimônios já se aproveitando das possíveis bolhas de preços de ativos. Este pode ser considerado o principal mecanismo de expansão e do gasto autônomo nos Estados Unidos, e, com o aumento do consumo, temos o aumento também da demanda agregada. Ao contrário do setor privado, o setor público contribuiu muito menos para o aumento da demanda agregada. Porém, a partir do ano de 2007, ocorreu uma inflexão nesse padrão com a eclosão da crise do *subprime*. A partir daí se percebe uma grande desaceleração seguida de uma contração no endividamento das famílias e das empresas, e uma ação expansiva do setor público através das suas políticas anti-cíclicas. Até o início de 2010, ocorreu uma estabilização desse padrão, que pode ser entendido como uma contribuição negativa para o crescimento do PIB americano.

O governo americano em conjunto com o Fed, trabalhava para conter essa onda de instabilidade, cortando as taxas de juros cada vez mais, além de outras medidas. Mas isso parece não ter sido o suficiente, já que em março de 2008 o Bear Stearns entrou em colapso, obrigando o Fed a fazer uma tentativa de salvamento, oferecendo um linha de crédito de US\$ 30 bilhões para que o JP Morgan Chase adquirisse o Bear Stearns, o que foi uma atitude inesperada já que por ser um banco de investimentos, o Bear Stearns não estava na jurisdição do Fed (BORÇA JÚNIOR; TORRES FILHO, 2008). Segundo Farhi e Cintra (2009), tinha-se a ideia de que o pior da crise já havia passado, quando em julho de 2008, ocorreu a falência do IndyMacBank, que era especializado em crédito hipotecário, sendo o sétimo maior originador de hipotecas dos EUA.

No mesmo período da falência do IndyMacBank, os agente passaram a ter cada vez menos confiança nessas instituições de investimento. Duas agências que eram “quase-públicas”, pois tinham o propósito de prover liquidez ao mercado imobiliário americano, a Federal National Mortgage Association e a Federal Home Loan Mortgage Association, foram as mais afetadas pela crise de confiança. Elas operavam de forma mais alavancada que as outras, e com a queda do preço dos imóveis e a crescente inadimplência, essas empresas ficaram com possibilidade de insolvência (BORÇA JÚNIOR; TORRES FILHO, 2008). A administração do presidente George W. Bush enviou um projeto ao Congresso para a aprovação de um pacote de ajuda a essas empresas através de empréstimo e compra de ações. A importância delas estava ligada à magnitude de suas dívidas, que somadas chegavam a US\$ 1,5 trilhão. Além disso, seus títulos foram adquiridos em grande parte por bancos centrais estrangeiros, já que eram

considerados para aplicações internacionais como tendo um risco próximo ao título do Tesouro americano, portanto um risco baixo, só que pagando um pouco mais (FARHI; CINTRA, 2009).

E em setembro do mesmo ano, o sistema financeiro mundial entrou em choque com a negativa do Tesouro norte-americano em socorrer o Lehman Brothers (GONTIJO, 2008). Para Farhi e Cintra (2009), a falência do Lehman Brothers foi o ponto mais importante da crise, já que ela começou a apresentar contornos sistêmicos. Passou a acarretar a paralisação de quase todas as operações interbancárias, e espalhou a desconfiança aos investidores na economia mundial, levando ao pânico no mercado de capitais e nas demais instituições de investimento. Logo após seguiu-se a compra do Merrill Lynch pelo Bank of America, e além disso, o Goldman Sachs e o Morgan Stanley se transformaram em *holdings*, sujeitos as normas do Acordo de Basileia e a jurisdição do Fed. Foi o fim da era dos grandes bancos de investimento independente dos EUA.

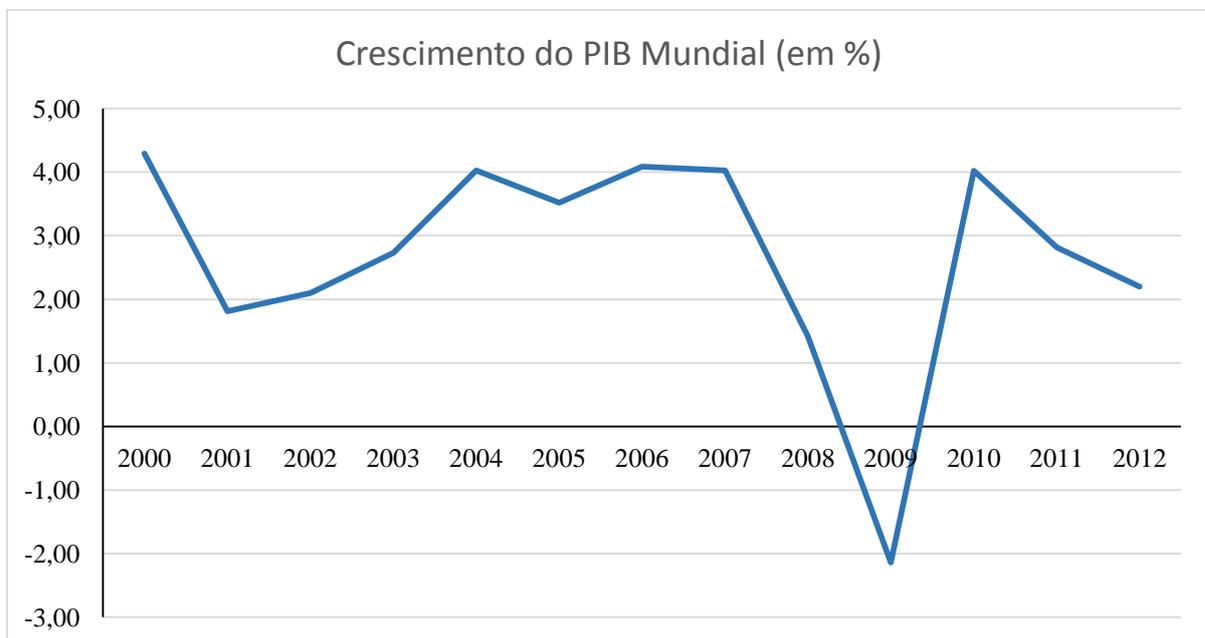
A inadimplência começou a se espalhar para outros tipos de investimento, e inclusive de devedores de ativos que eram mais seguros que o *subprime*. Com as perdas cada vez maiores, os bancos nos maiores centros recorreram a aportes de capitais de fundos soberanos, de forma a se adequar ao Acordo de Basileia. Porém, com a falência do Lehman Brothers, houve maiores dificuldades na obtenção desses recursos. A ajuda do capital público foi de fundamental importância para que a crise não fosse mais forte. Na zona do euro, os recursos para fornecer a confiança necessária no sistema financeiro chegaram a €2 trilhões. Outros países como Canadá, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos, entre outros, disponibilizaram quase €1 trilhão. Já os planos de resgate do EUA chegaram a US\$ 7,4 trilhões (FARHI; CINTRA, 2009).

Farhi e Cintra (2009), citam quatro respostas iniciais ao aprofundamento da crise que configurou-se numa crise sistêmica. A primeira delas foi o afrouxamento da política econômica através da redução da taxa de juros de diversos países, como EUA, Reino Unido, zona do Euro, Japão, entre outros, e empréstimos de liquidez, ou seja, a troca de títulos públicos por recursos líquidos e troca de hipotecas ilíquidas por títulos públicos, que foram feitos pelos principais bancos centrais nas economias mais importantes. A segunda resposta foi a ampliação dos acordos para troca de moedas pelo Fed e outros 14 bancos centrais com objetivos de desalavancar o sistema financeiro mundial. A terceira foi a política fiscal expansionista, através da ampliação dos gastos públicos para auxílio das famílias de baixa renda e com dívidas hipotecárias em vários países. A quarta resposta seriam as reformas nas regras de supervisão e regulação do sistema financeiro.

2.4 IMPACTOS DA CRISE NA ECONOMIA MUNDIAL

Como a crise que se originou no mercado hipotecário americano foi sistêmica e se espalhou rapidamente para os demais mercados financeiros mundiais, era de se esperar que a economia real seria afetada. Dados do Banco Mundial revelam que o nível de produção, medido pelo produto interno bruto da economia mundial, sofreu uma grave recessão. Isso pode ser melhor ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Crescimento do PIB mundial no período de 2000 – 2012.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponíveis em *World Bank*. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/topic/economic-policy-and-external-debt>>.

Para Carvalho (2010), essa queda do produto mundial só não foi maior porque as políticas macroeconômicas que foram utilizadas na contenção dos efeitos mais catastróficos da crise obtiveram êxito. Países como China e Índia também puxaram a economia para uma situação não tão catastrófica, já que tiveram apenas um crescimento em ritmo “apenas” alto no lugar de muito alto. O produto caiu em praticamente todo o mundo, principalmente nas economias mais financeirizadas, como Estados Unidos e Alemanha, mas seus efeitos não chegaram a equiparar aos da crise de 1929 como muitos previram.

Várias foram as estratégias de recuperação da demanda agregada verificadas nas economias centrais, como por exemplo, o incentivo à construção civil e a indústria automobilística. Porém, em alguns casos, a forma escolhida para a recuperação pode afetar o equilíbrio temporário. O caso da Alemanha, que optou por baratear seus produtos de exportação

ao invés de estimular a demanda agregada, é o caso mais importante, já que essa alternativa acabou por enfraquecer ainda mais alguns países da zona do Euro, como Espanha, Grécia, Itália e Portugal. A Alemanha então se apoiou em buscar superávits comerciais, o que teve como contrapartida déficits nesses outros países, que sem a possibilidade da política monetária por conta do Banco Central Europeu, teriam que buscar a contração fiscal (CARVALHO, 2010).

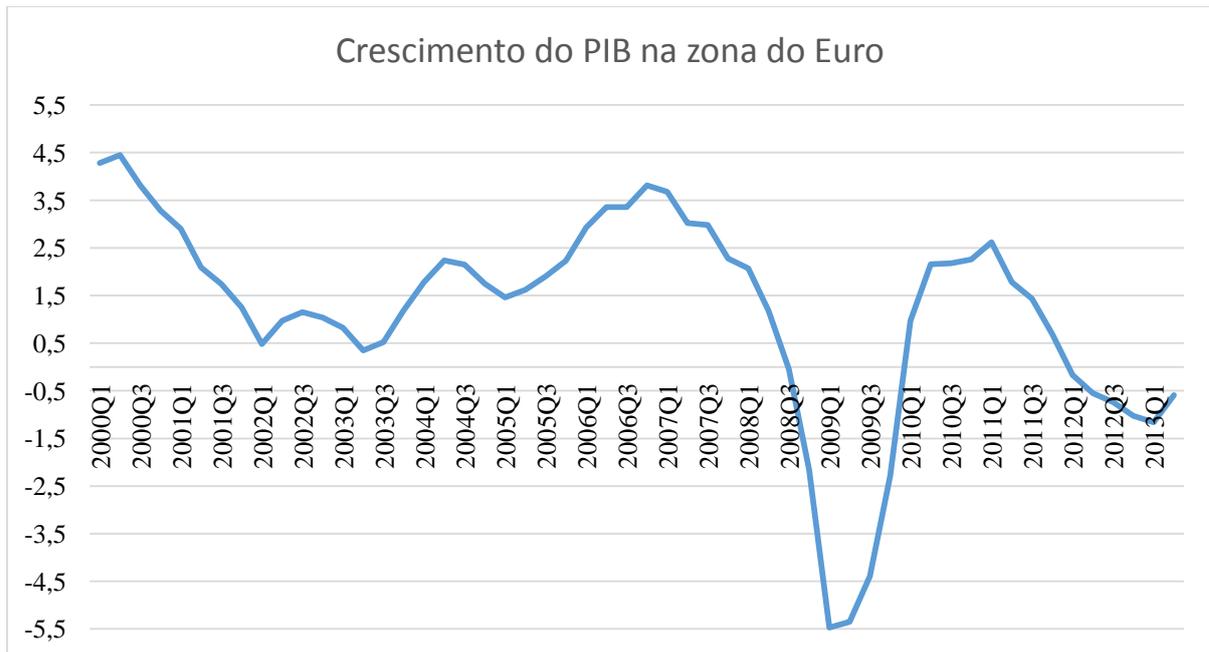
Apesar da recuperação do produto, não recuperou-se o nível de emprego que existia anteriormente. O nível de desemprego se manteve alto, pois não houve sustentação pelas políticas econômicas para a demanda agregada se manter em nível elevado para evitar maiores danos ao produto. Nesse caso, o país que mais preocupava era os Estados Unidos. Pairava no ar uma certa desconfiança com relação ao governo do presidente Obama, que defendia a extensão das medidas de sustentação fiscal da demanda. O governo era intimidado com os opositores que defendiam cortes de gastos para controlar o déficit público (CARVALHO, 2010).

Acabou-se por instaurar uma grande instabilidade na economia mundial, com o receio de que as medidas de estímulo da demanda agregada terminassem. Havia um receio quanto a situação das principais economias do mundo, como EUA e países da Europa Ocidental, onde crescia a dívida pública e o déficit público. Nos já citados países que preocupavam na Europa, essas políticas acabaram por gerar ainda mais incertezas quanto a estabilidade regional a curto prazo, e a longo prazo com a sobrevivência da moeda única, se continuassem os países incapacitados de praticar políticas monetárias para a redução do desemprego por exemplo (CARVALHO, 2010).

Para Corrêa (2010), esse grupo de países era chamado de PIIGS, e tinha a adição da Irlanda (*Portugal, Ireland, Italy, Greece and Spain*). Com as intervenções pelos Estados Nacionais para tentar socorrer o sistema financeiro e a queda de investimento provocado pela forte recessão, os governos dos países que adotaram essas medidas começaram a se endividar. Na zona do Euro, os mais afetados foram Espanha, Irlanda e Grécia, onde ainda por cima caía o nível de atividade econômica e aumentava o desemprego. Observou-se um aumento do risco-país principalmente no PIIGS ao decorrer do ano de 2009. Isso fez com que as agências de classificação rebaixassem a nota dos títulos soberanos de Grécia, Espanha e Portugal, levando a uma maior incerteza nos países membros do Euro.

Podemos observar no Gráfico 2 a queda no nível de atividade econômica nos países do euro.

Gráfico 2: Crescimento do PIB na zona do Euro no período de 2000 até o início de 2013.



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados de *European Central Bank – Statistical Data Warehouse*. Disponível em: <http://sdw.ecb.int/quickview.do?SERIES_KEY=ESA.Q.I6.Y.0000.B1QG00.1000.TTTT.L.U.R&>.

Para Arestis (2010), a pior situação era a da Grécia, onde os seus acontecimentos colocaram em dúvida a continuidade do Euro e de a economia mundial voltar para a recessão. Com o crescente aumento da dívida pública grega, os seus títulos soberanos foram classificados como de alto risco, gerando instabilidade nos mercados financeiros. Para o autor, mais do que a integração econômica, é necessário para os períodos de crise uma integração política adequada, o que não existia na zona do Euro principalmente devido as barreiras culturais. A política econômica conservadora da zona do Euro foi o grande responsável pela perda de competitividade de economia grega e da capacidade exportadora europeia. Isso decorreu da preocupação com a inflação e o desemprego, o que fez com que o Banco Central Europeu aplicasse diversas medidas restritivas que acabaram sendo responsáveis para o enfraquecimento da economia grega. Em suma, entre as principais causas da recessão grega estavam a restritiva política monetária do Euro, a rigidez de seus mercados de bens e o grande aumento dos gastos públicos.

Arestis (2010), aponta cinco causas para a crise fiscal da Grécia. A primeira delas é a de que havia um elevado déficit fiscal que só foi conhecido tardiamente devido a manipulação dos dados feitos pela elite incompetente grega. A segunda causa é resultado da própria União Europeia, que com a criação de um Banco Central Europeu, impediu qualquer tentativa de política monetária, o que acabou por gerar pressões no mercado de trabalho para o

ajuste da economia. A terceira causa é a crescente perda de competitividade da Grécia com relação aos países da zona do Euro, resultados de um déficit contínuo em transações correntes decorridos do aumento acima da média do custo unitário de trabalho. A quarta causa foi a crise econômica mundial que devastou as finanças públicas, e pelo estatuto do Banco Central Europeu, não era possível resgatar diretamente as finanças públicas. A quinta causa foi o aumento da taxa de juros da Grécia.

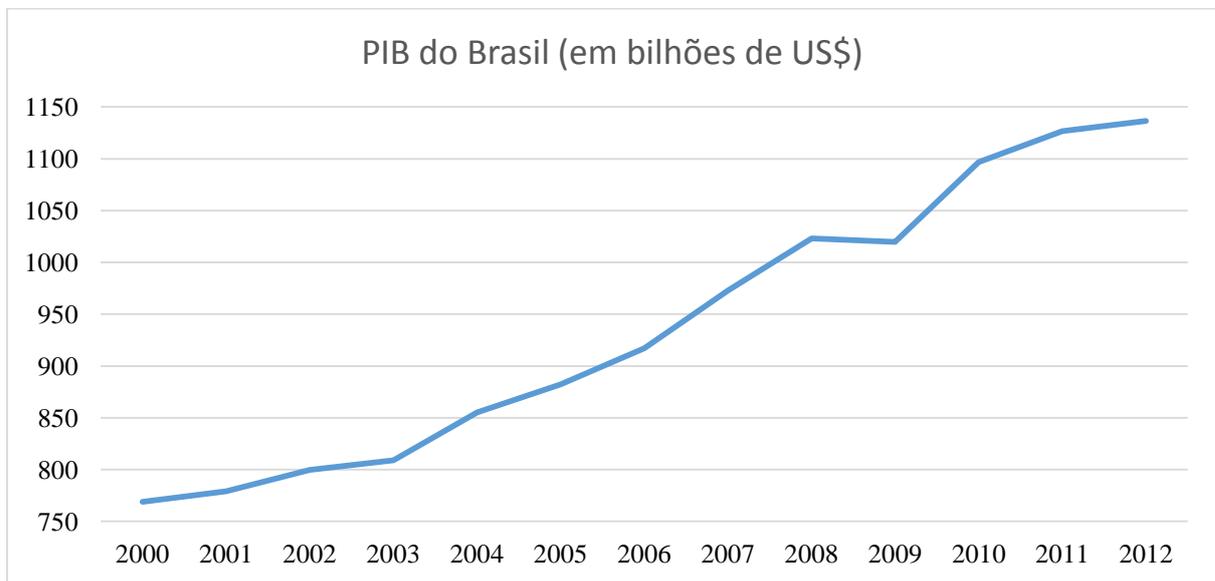
Essa instabilidade na zona do Euro, e o possível calote da dívida grega, geraram incertezas nos mercados financeiros mundiais, e o resultado foi passado para a economia real, que pode ser visto pelo Gráfico 2, o qual aponta taxas de crescimento negativas após o enfraquecimento dos países mais afetados, Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha. É nesse contexto de incertezas e recuperação do crescimento em nível muito abaixo de antes da crise, que estamos situados. A economia catarinense, fortemente exportadora, assim como a brasileira, sentiu o esgotamento da fonte importadora dos principais países europeus. Nos próximos capítulos serão apresentadas as consequências diretas da crise no Brasil e em Santa Catarina.

CAPÍTULO 3: IMPACTOS DA CRISE NA ECONOMIA BRASILEIRA

3.1 SITUAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA ANTES DA CRISE

A economia brasileira vinha de uma trajetória de crescimento econômico após o período conturbado de várias crises econômicas no final dos anos 90. O produto interno bruto com preços constantes de 2005, saltou de aproximadamente US\$ 770 bilhões em 2000, para US\$ 1 trilhão e 300 bilhões em 2008, com um crescimento de aproximadamente 33%, como é possível observar no Gráfico 3. Carneiro (2009) destaca que as elevadas taxas de crescimento econômico no Brasil, no período de 2003 a 2008, foram possíveis pois o contexto internacional era extremamente favorável para os países emergentes. Para Carneiro (2010), foi nesse período que o Brasil exibiu fortes indícios de ter superado o período conturbado de crise da dívida externa e a elevada inflação, que causou um crescimento econômico fraco desde os anos 80 até o início dos anos 2000.

Gráfico 3: PIB do Brasil no período de 2000 até 2012.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de *World Bank*. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/brazil>>.

Os índices de inflação que tanto assombraram a economia brasileira durante meados da década de 1980 até a implantação do Plano Real em 1994 estavam estáveis ao redor das metas, determinadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), no período anterior à crise. Versiani (2011) destaca que a partir de 1999 a economia brasileira passou a adotar o sistema de metas de inflação. As metas estipuladas variavam no período de 2000 até 2005, não passando

de 8% ao ano, considerando o teto da meta, e a partir de 2006 não passavam de 6,5%. A inflação efetiva medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) esteve sempre dentro da meta a partir de 2004, como pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4: Índice de inflação medido pelo IPCA e o teto da meta estipulado pelo CMN, em %.

Ano	Teto da meta	IPCA	Taxa SELIC
2000	8	5,97	15,75
2001	6	7,67	19
2002	5,5	12,53	25
2003	5,25	9,3	16,5
2004	8	7,6	17,75
2005	7	5,69	18
2006	6,5	3,14	13,25
2007	6,5	4,46	11,25
2008	6,5	5,9	13,75

Fonte: Elaborado pelo autor com os dados de Ipeadata. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>>.

Para a contenção da inflação dentro da meta, a principal medida é a taxa de juros básica da economia, a taxa SELIC, que é fixada pelo Conselho de Política Monetária (COPOM). Como pode-se observar pela Tabela 4, a taxa de juros brasileira, que é uma das mais altas do mundo, foi caindo bastante com os sinais de inflação controlada e de uma economia com um dinamismo cada vez mais acentuado.

O setor externo brasileiro se beneficiou das condições extremamente favoráveis nesse período. Com o ciclo expansivo da economia mundial, o país se aproveitou da sua imensa capacidade exportadora para conseguir saldos comerciais crescentes até o ano de 2008, quando aconteceu uma pequena queda no saldo comercial, mas ainda com um grande resultado positivo.

Para Carneiro (2010), o dinamismo que a economia brasileira passava, era explicado fundamentalmente pelo crescimento da demanda externa, oriundo da aceleração do comércio internacional, que entre os anos de 2002 e 2003, explicaram o crescimento do PIB brasileiro mesmo em um contexto desfavorável com relação à demanda interna. Esse período segue por mais dois anos, quando ocorre uma inversão, passando nos anos seguintes o crescimento do PIB ser impulsionado pela demanda doméstica.

Tabela 5: Balança comercial do Brasil no período de 2003 até 2008. Em milhões de US\$, FOB.

Ano	Exportações	Importações	Saldo
2003	73.203	48.326	24.877
2004	96.678	62.836	33.842
2005	118.529	73.600	44.929
2006	137.808	91.343	46.465
2007	160.649	120.621	40.028
2008	197.942	172.985	24.957

Fonte: Elaborado pelo autor com os dados de Ipeadata. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>>.

O saldo da balança comercial nesse período foi extremamente positivo mesmo com a constante valorização do Real frente ao Dólar, o que torna esses resultados ainda mais impactantes. Segundo Fahri (2006), a valorização cambial brasileira no período de 2002 até 2006, foi a maior do mundo nesse período, chegando a 46%. A explicação para esse resultado favorável da balança comercial se encontra na recuperação da economia mundial logo após as crises do início da década.

A despeito do crescimento cada vez maior da indústria, com o contexto externo favorável, a taxa de desemprego da economia se mantém estável sobre o período anterior à crise. Apenas em 2008, quando ao final do ciclo de crescimento houve uma redução significativa de 1,1 ponto percentual, que, apesar de não ser uma grande redução, é considerada um decréscimo importante, já que em anos anteriores essa taxa flutuava em torno de 10% ao ano.

De fato, o ano de 2008 marca um período de inflexão no crescimento da economia brasileira, já que durante o ano, duas situações distintas ocorreram. Os primeiros três trimestres foram marcados por um vigoroso crescimento do PIB brasileiro, causados principalmente por uma intensa expansão do consumo e no investimento privado. A partir do último trimestre do ano, com o ponto alto da crise (a falência do Lehman Brothers), o PIB teve uma redução de 3,6%, e mesmo assim, o PIB no ano de 2008 cresceu 5,1%, puxados pelo crescimento dos primeiros trimestres que ainda não haviam sido contaminados pelos acontecimentos da crise (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008).

3.2 CONSEQUÊNCIAS DA CRISE NA ECONOMIA BRASILEIRA

A partir do primeiro semestre de 2008, a crise que iniciou com os acontecimentos relacionados ao mercado imobiliário norte americano, começou a se espalhar para os países emergentes. Mas foi com a quebra do Lehman Brothers que a crise atingiu um caráter sistêmico, e isso levou essa crise a se difundir para praticamente todos os países emergentes, mesmo que esses não estivessem envolvidos com o mercado hipotecário americano, e muito menos com o desenvolvimento dos créditos *subprime* (PRATES, 2010).

O contágio da crise aos países emergentes chega dos países centrais por diversos canais diferentes, todos com relação a interdependência entre essas economias. Se espalha, seja via conta corrente, através da queda de preços de *commodities*, queda da demanda mundial, e aumento das remessas de lucros pelas corporações globais, ou via financeira, através da queda dos investimentos externos diretos, saída dos investimentos, interrupção de linhas de crédito comercial e uma grande contração dos empréstimos bancários. Portanto, a ideia de vários analistas de que os países emergentes que tivessem uma situação interna e externa favorável, que devido a não vinculação desses ativos ao seu sistema financeiro, contribuiria para que os países emergentes estivessem protegidos da crise, acabou por não ter se confirmado (PRATES, 2010).

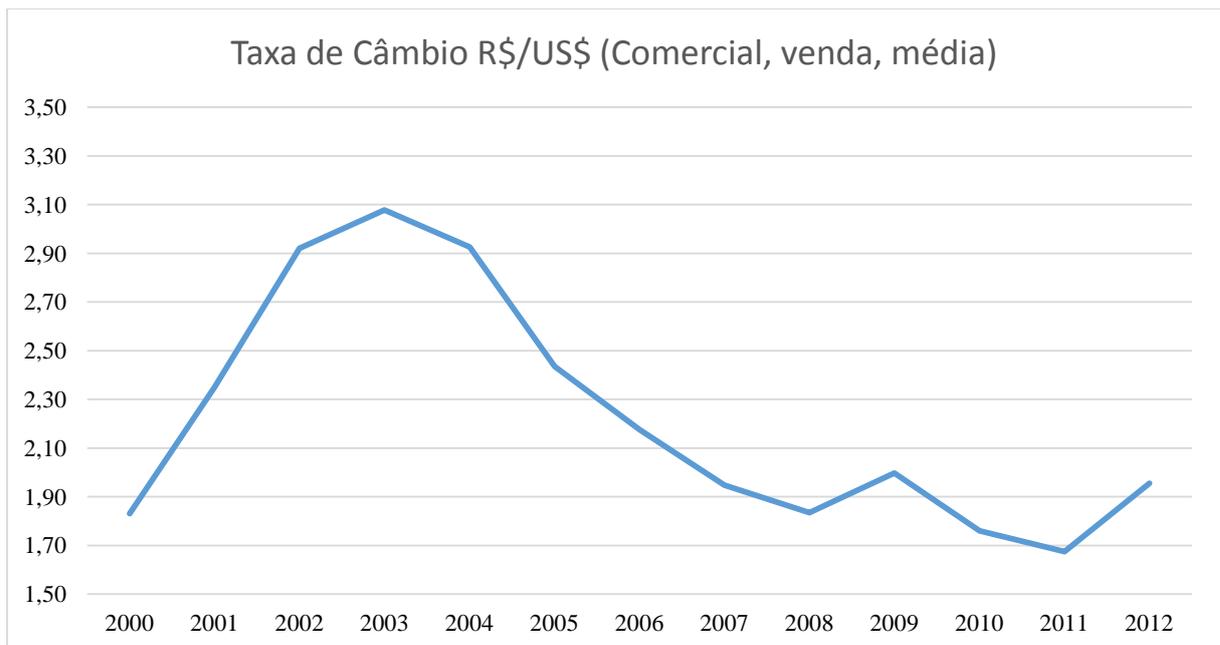
Para Pastore e Pinotti (2008), a crise chega ao Brasil através de dois canais distintos. O primeiro deles é o encolhimento dos fluxos de capitais que são necessários para o país financiar os déficits nas contas correntes, para poder manter elevada a taxa de investimento. O segundo canal foi a redução dos preços internacionais das *commodities*, o que contribuiu em última instância para a redução do preço médio das exportações mundiais. No Brasil, a formação bruta de capital fixo é ainda extremamente dependente da capacidade importadora do país, que se reflete na aquisição de maquinário principalmente. As *commodities*, nos anos pós crise de 2001, serviram como um financiador dessas importações, e isso explicava em parte o vigoroso crescimento do PIB de 2003 a 2008.

Em outubro de 2008, em uma passeata com o candidato a prefeito de São Bernardo do Campo – SP, o ex-presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, proferiu uma ilustre frase que ficou marcada no pós-crise no país. O então presidente disse que nos Estados Unidos a crise seria um *tsunami* e que no Brasil iria chegar uma “marolinha”. O que podemos perceber pelo gráfico do crescimento do PIB, é que a economia brasileira sentiu os efeitos da crise das hipotecas *subprime*, mas que se comparado a média mundial, ou a zona do Euro (vide Gráfico

1 e Gráfico 2), a economia brasileira sofreu muito menos, pelo menos nos primeiros anos, já que a partir de 2010, se dá início a um indício de estagnação do crescimento do produto.

Para Paulani (2009), os primeiros impactos da crise na economia brasileira foram no setor financeiro. O sistema financeiro nacional também estava inserido no contexto de globalização financeira que acontecia nos últimos anos e isso impunha uma lógica financeira ao processo de acumulação financeira. Um dado que explica muito bem esse novo contexto é a relação entre o estoque de ativos financeiros não monetários, e o estoque de ativos financeiros, que passou de 15%, em 1992, para 75%, em 2008. Então logo após a eclosão da crise, percebeu-se uma crise de confiança, o que levou a uma escassez de crédito e um quase congelamento entre os mercados interbancários. Para a autora, no Brasil houve o estouro de várias bolhas decorrentes da ascensão da crise no mercado financeiro, tais como bolhas de ações, de derivativos cambiais, e da própria taxa de câmbio. A bolha da taxa de câmbio é explicada pela ideia de que desde 2003, a apreciação do Real, como é possível observar no Gráfico 4, fazia parte de uma elevada valorização financeira que existia no país. Formou-se um ciclo em que as elevadas taxas de juros vinham trazendo divisas, o que contribuiria para uma continuidade da valorização da moeda. Nesse contexto, as empresas exportadoras compensavam essas perdas com o câmbio elevado através do investimento em derivativos, passando logo após a sofrer o impacto da crise quando o ciclo se inverteu.

Gráfico 4: Taxa de câmbio R\$/US\$ de 2000 até 2012.



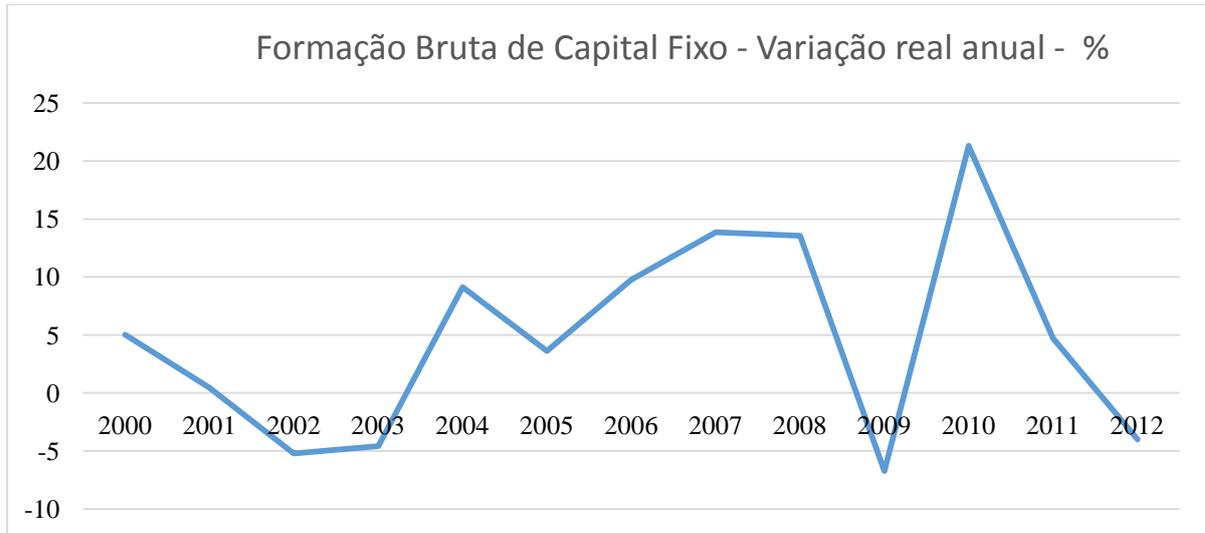
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Ipeadata. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>>.

Duas forças explicam a depreciação do câmbio a partir de 2008. Uma delas é o encolhimento dos ingressos de capitais do exterior, que obrigam a uma queda nos déficits nas contas correntes. A segunda força é o preço das *commodities*, que com seu preço mais baixo levam a redução do preço internacional das exportações e desestimulam essas exportações no Brasil. Teoricamente, uma depreciação cambial deveria elevar o nível de exportações brasileiras, mas não foi isso que ocorreu naquela época, já que a constante elevação do preço das exportações em dólares anteriormente foi maior do que a valorização do câmbio real, o que elevava a rentabilidade das exportações. A partir de 2008 ocorreu o movimento inverso, o que levou a um desestímulo às exportações (PASTORE; PINOTTI, 2008).

Pelo lado real da economia, o impacto da crise chegou principalmente pela deterioração das expectativas. Isso causaria impactos negativos na variável do investimento (formação bruta de capital fixo). Do lado do consumo, o crédito não foi afetado da mesma maneira que o investimento, mas em financiamento de alto valor, como automóveis por exemplo, o crédito teve uma leve retração (PAULANI, 2009).

Para Ferrari Filho (2009), a queda de 3,6% do PIB no último trimestre de 2008, em comparação com o trimestre anterior, colocou em xeque a ideia de que a economia brasileira estava “descolada” dos efeitos da crise, ideia essa que era sustentada pelas autoridades econômicas e também pelo presidente em seu discurso em São Bernardo do Campo. Esse decréscimo do PIB acabou gerando uma desconfiança para o ano de 2009, o que poderia levar a uma desaceleração da economia após um período de longo crescimento nas últimas décadas. Para o autor, as expectativas que estariam por vir em 2009 e 2010 não eram das mais animadoras, e decorrem do enfraquecimento dos saldos comerciais e de transações correntes, e do desaquecimento do mercado doméstico. A queda do crescimento de 6,72% na formação bruta de capital fixo em 2009, como é possível observar no Gráfico 5, logo após um período de grande crescimento, explica o quanto o mercado doméstico estagnou com a redução do investimento privado.

Gráfico 5: Formação bruta de capital fixo, variação real anual, de 2000 até 2012.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Ipeadata. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>>.

As projeções feitas por Ferrari Filho, e por quase todos os economistas brasileiros que não estavam no governo se confirmaram e o nível de produção no Brasil cai já em 2009. Segundo Almeida (2010), o ligeiro declínio de 0,2% do PIB em 2009 indicava que a economia brasileira vinha mesmo sofrendo as consequências da crise na economia mundial, mas com resultados menos piores do que os países da zona do Euro por exemplo, que tiveram um declínio de 5,5% do PIB. E o Brasil consegue melhores resultados mesmo com as reduzidas políticas anticíclicas que foram adotadas imediatamente após a eclosão da crise, passando longe da força com que foi utilizado na Europa e nos Estados Unidos. Para o autor, as características essenciais para que o Brasil não fosse afetado de maneira trágica seriam as elevadas reservas internacionais, maior solidez das contas públicas, endividamento controlado do setor público, e a não contaminação das instituições financeiras à securitização e ao crédito *subprime*.

Segundo o relatório anual apresentado pelo Banco Central do Brasil (2009), a recessão foi apenas um breve período no Brasil e se traduziu em retrações de 3,5% e 0,9% no último trimestre de 2008 e primeiro trimestre de 2009 respectivamente. Essa recessão é explicada pelos impactos da deterioração das expectativas e do crédito sobre a indústria e o investimento privado. A produção industrial retrocedeu 7,6% e 4,2% nos mesmos semestres apresentados anteriormente. A economia brasileira passa a se recuperar já a partir do segundo trimestre de 2009, com um crescimento de 1,4% do PIB. Nos dois trimestres seguintes, novo crescimento, com 1,7% e 2% respectivamente, com o motor do crescimento sendo puxado pelo setor industrial, que cresceu 1,5%, 3% e 4% nos trimestres mencionados. Setor industrial que cresce motivado pelas medidas temporárias de renúncia fiscal do governo federal. Também

contribuíram para o crescimento, a retomada da demanda interna e no segundo semestre a intensificação dos investimentos. O consumo do governo e das famílias contribuíram também para a sustentação do PIB em 2009, já que tiveram crescimento de 3,7% e 4,1%, respectivamente.

Os já citados efeitos da crise econômica sobre a produção industrial chegaram através das vias comercial e creditícia. A falta de crédito veio com o enfraquecimento dos mercados financeiros, e com isso, a indisponibilidade de aquisição de grandes empréstimos destinados à produção, afetando assim o nível de investimento na economia brasileira, bem como as expectativas dos agentes. Pela via comercial o canal de chegada da crise foi o esgotamento da demanda externa, impactando negativamente nos setores de bens intermediários e na produção de bens de capital, como ônibus e aviões. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009).

Com os efeitos causados pela crise, o mercado de trabalho no Brasil sofreu três grandes consequências: desemprego, ocupação precária e alta rotatividade. Com a queda no crescimento do produto, as demissões aumentaram e os possíveis novos ingressantes estavam com dificuldades para galgar uma posição no mercado de trabalho. A taxa de desemprego tem uma elevação já em 2009, e além disso ocorre uma transformação no perfil do desempregado. Em março de 2009, apenas 54% dos desempregados eram considerados pobres, e é possível analisar com a comparação de 2002, quando eram 66%, que a crise econômico afetou fortemente a classe média brasileira. Essa força conquistada pela classe mais pobre pode ser explicada pelas políticas implantadas pelo governo, como o bolsa família e o aumento do salário mínimo. Outra explicação estaria no fato de que a crise afetou no Brasil principalmente o setor industrial, que possui uma remuneração maior, levando o desemprego para pessoas de maior renda (POCHMANN, 2009).

Com o aumento do desemprego formal, e a não garantia de rendimentos no período de crise, cresce a procura por empregos informais, degradando as condições de mão-de-obra na economia brasileira. Outro aspecto é o aumento da rotatividade nos postos de emprego, já que as empresas precisaram se defender da queda da demanda externa e das exportações demitindo os trabalhadores com uma renda mais elevada e contratando trabalhadores para preencher esses postos com uma renda mais baixa (POCHMANN, 2009).

A situação indicava também uma recuperação com relação ao emprego já a partir da metade de 2009, a despeito do início de ano conturbado, no qual refletia ainda os impactos da crise mundial. A taxa média de desemprego aberto, registrou 8,1% em 2009, nas seis principais regiões metropolitanas de acordo com a Pesquisa Mensal do Emprego feita pelo

IBGE. Esse número chegou a passar de 9% no mês de março, contribuindo para a ideia de que houve um forte indício da contaminação da economia brasileira. Porém, com relação a 2008, ocorreu um aumento de apenas 0,2 pontos percentuais (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009).

Com relação a balança comercial brasileira em 2009, o contexto internacional afetou gravemente o coeficiente importado e exportado. Ocorreram quedas de 22,7% nas exportações, e de 26,2% nas importações (Tabela 6). Mas por outro lado, a balança comercial gerou um superávit de US\$ 25,3 bilhões, com um aumento de 1,6% em relação ao ano anterior. Segundo o Bacen, apesar dos fortes recuos sofridos nas importações e exportações, a economia brasileira teria perspectivas favoráveis para o ano de 2010, pois já haviam alguns sinais de recuperação do comércio externo brasileiro no ano seguinte (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009).

Tabela 6: Balança comercial do Brasil no período de 2009 até 2012. Em milhões de US\$, FOB.

Ano	Exportações	Importações	Saldo
2008	197.942	172.985	24.957
2009	152.995	127.722	25.273
2010	201.915	181.761	20.154
2011	256.040	226.243	29.797
2012	242.580	223.149	19.431

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Ipeadata. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>>.

Pelos dados analisados, a crise chegou ao Brasil da mesma maneira que chegou em outros países emergentes, através do esgotamento do dinamismo das economias desenvolvidas. A atuação do governo brasileiro no combate a essa crise se tornou então uma estratégia necessária para que não ocorresse com o Brasil o que aconteceu com os países da Zona do Euro.

3.3 POLÍTICAS ANTICÍCLICAS ADOTADAS

Gonçalves (2008), aponta que, diante desse contexto de desaceleração da economia brasileira frente a crise, o governo adotou medidas para gerar uma expansão da liquidez. Essa expansão foi feita através da flexibilização da taxa de desconto, redução dos depósitos compulsórios, expansão do crédito para o setor do agronegócio e a ampliação do financiamento ao setor exportador da economia brasileira. Essas medidas serviram para gerar uma maior disponibilidade de recursos de empréstimo para os agentes financeiros, para as empresas exportadoras e para o setor de construção. Almeida (2010), observa que essa expansão da liquidez, juntamente com a ação deliberada de política bancária, para proteger os bancos de menor porte, foi relevante pois ela abortou a possibilidade de corrida bancária e também por ter combatido certas dúvidas que poderiam aparecer em relação à liquidez dos bancos nacionais.

A política fiscal aplicada pelo governo no combate a crise previa um valor de R\$ 8,4 bilhões em 2009 utilizados na forma de renúncia fiscal. Uma dessas medidas compreendia alterações no Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), que reduziram a arrecadação do governo e, como consequência, liberavam esse dinheiro para o consumo das famílias. Outra medida foi a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e a terceira foi a redução das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) no empréstimo para pessoas físicas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010).

Com relação a taxa de juros, Almeida (2010) indicou que a ação do governo brasileiro chegou muito tarde, com a primeira redução da taxa Selic tendo ocorrido apenas em janeiro de 2009. A taxa de juros da economia brasileira cai da 13,75% no início de janeiro de 2009, para 12,75% no mesmo mês, e para 8,75 em junho do mesmo ano. Como existe um intervalo de tempo para que a economia sofra com os benefícios de uma queda da taxa de juros, essa redução na taxa de juros contribuiu apenas para uma melhora da economia no período da crise, sem contudo ser considerado um antídoto eficaz no caso brasileiro.

O mercado financeiro mundial era tomado por dúvidas e incertezas acerca da possibilidade do não pagamento de dívidas por parte dos tomadores de empréstimos. No Brasil não foi diferente e essa incerteza acabou por elevar o risco dos bancos mais alavancados. O mercado financeiro se desaquece. Com a desvalorização do Real, muitas empresas tiveram prejuízos e com o esgotamento do mercado mundial, o BNDES foi fundamental no auxílio à aquisição das empresas com dificuldades pelas empresas brasileiras que tinham condições de se manter na crise. O BNDES, em sua política de ajuda para a compra de empresas ineficientes, contribuiu também para o futuro da economia brasileira na medida em que empresas mais fortes

saíram das fusões entre empresas em dificuldades e das empresas nacionais compradoras (ALMEIDA, 2010).

O governo brasileiro deu uma resposta bastante rápida com relação a situação da liquidez da economia. Algumas medidas que podem ser destacadas dizem respeito a flexibilização de regras de recolhimento dos depósitos compulsórios feitas pelo Bacen. Dentre essas medidas, são de extrema importância a redução da alíquota de recolhimento sobre os depósitos à vista, o aumento do limite de dedução para as exigibilidades adicionais, e a redução de alíquotas sobre os depósitos compulsórios que eram destinados ao setor agropecuário. Essas medidas serviram para garantir a liquidez do sistema financeiro, já que foram liberados recursos da ordem de R\$ 100 bilhões (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009).

Essas medidas na área de liquidez e na política bancária evitaram uma recessão ainda maior na economia brasileira, já que o crédito seria restringido de tal maneira que os investimentos tão necessário para o crescimento do país pudessem ser reduzidos de forma abrupta (ALMEIDA, 2010).

Para Almeida (2010) apesar da importância da política bancária e da melhora da liquidez da economia, a medida anticíclica que mais se destacou foi a orientação do governo para que seus bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES) aumentassem sua disponibilidade de financiamentos. O crédito disponibilizado pelos bancos públicos que no início da crise girava em torno de 35% do total disponibilizado, passou para 41% no início de 2010, indicando um aumento de importância considerável, num contexto em que se reduzia o crédito disponibilizado pelos bancos privados. A orientação do governo para o Banco do Brasil e a Caixa para que fosse aumentados os seus investimentos, encontrava sustentação no fato de que houve um aumento de captação de recursos da população que tinha preferência no momento da crise em depositar seu dinheiro em um banco do governo. Pelo lado do BNDES, já existia um aumento na disponibilização do crédito no período anterior à crise, em função da execução de grandes projetos que ficavam sempre em segundo plano na conturbada economia brasileira nas décadas de 1980 e 1990. A orientação do governo então foi que a disponibilidade de crédito não fosse interrompida, já que o contexto externo era desfavorável para a aquisição de empréstimos internacionais feitos por empresas nacionais.

Para a defesa do nível de atividade econômica, além da política fiscal, principalmente com a renúncia de recolhimento de certos impostos estratégicos, redução das taxas de juros, defesa da liquidez, e o aumento do crédito dos bancos públicos, foi decisiva a ação do governo em manter certas medidas que já vinham sendo adotadas antes da eclosão da crise econômica, preservando assim um nível de consumo que possibilitasse a manutenção da

economia brasileira. O governo então manteve em sua pauta o alto valor de investimento programado para a Petrobrás e pelos programas do PAC, procurando ainda aumentar o valor desse investimento. Criou ainda o programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”, e o “Programa de Sustentação do Investimento”, este sendo de fundamental importância para manter o nível de investimento para a aquisição de máquinas e equipamentos de pequeno porte. Além disso, o governo manteve o Bolsa Família, juntamente com o aumento do salário mínimo, tendo essas medidas, contribuído para o aumento do gasto público e do investimento (ALMEIDA, 2010).

Um dos resultados positivos que essas medidas tiveram, foi o de proteger certos setores da economia, impedindo que a crise se alastrasse para todos os setores. O mais beneficiado com isso foi o setor de serviços, responsável por cerca de 60% do PIB, que foi pouco afetado pela crise, ficando esta restringido aos setores industriais e agropecuários. Esses setores foram afetados pela crise de confiança, pela redução do crédito externo e pelo perda de dinamismo do comércio exterior. O setor industrial recuou 5,5% no ano da crise, o setor agropecuário 5,2%, enquanto que o blindado setor de serviços cresceu 2,6% (ALMEIDA, 2010).

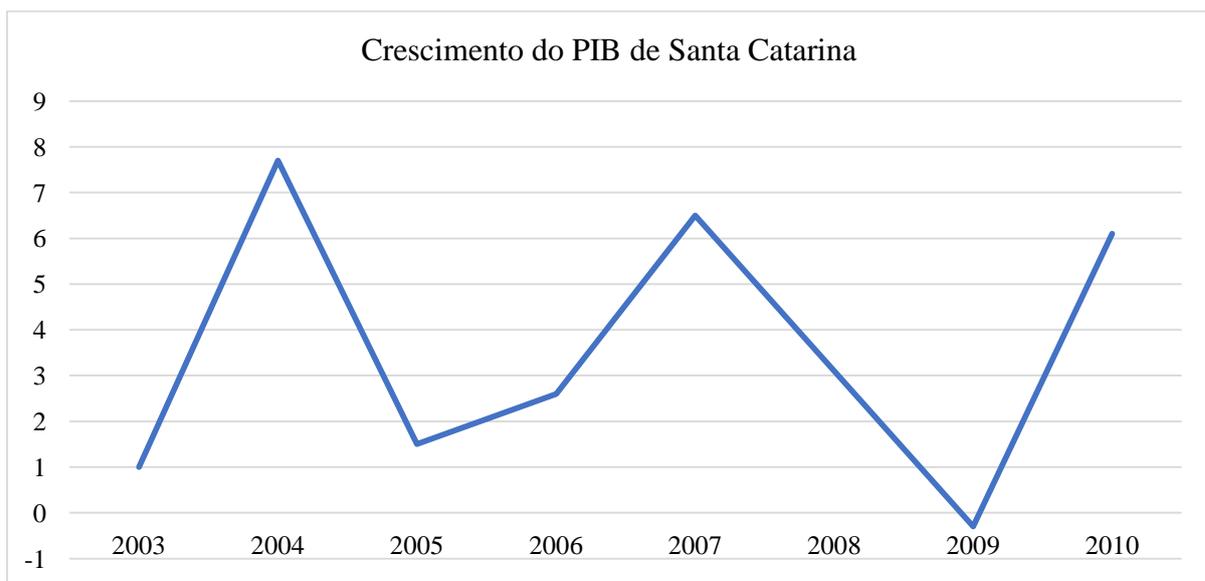
Pelo que foi analisado nesta seção, as ações do governo contribuíram para que a crise econômica chegasse uma “marolinha” no Brasil, parafraseando o ex-presidente. De fato, a política creditícia contribuiu para a manutenção dos investimentos e serviu para o país responder com rapidez aos efeitos maléficos da crise. Se a política fiscal fosse de maior impacto, e não somente representada por 1,1% do PIB (ALMEIDA, 2010), a economia brasileira poderia ter tido um crescimento positivo em 2009.

CAPÍTULO 4: IMPACTOS DA CRISE NA BALANÇA COMERCIAL CATARINENSE

4.1 IMPACTOS GERAIS DA CRISE NA ECONOMIA CATARINENSE

Nos anos seguintes ao período conturbado da economia mundial, que passou por diversas crises na virada para o século XXI, até a eclosão da crise de 2008, a economia brasileira passava por um período de grande crescimento econômico e com uma economia praticamente estável, como ficou claro na seção 3.1. Esse crescimento estável não foi possível observar da mesma maneira na economia catarinense. Como podemos observar no Gráfico 6, a produção catarinense medida pelo PIB, mostra uma instabilidade que não acontecia da mesma maneira com o PIB brasileiro.

Gráfico 6: Crescimento do PIB catarinense no período de 2003 até 2010. Em %.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Portal da Economia de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www2.fepese.org.br/portaldeconomia-sc/index.php>>.

Segundo Lins e Mattei (2010), a participação da economia catarinense no PIB brasileiro mostrava uma franca ascensão ao longo do tempo. Isso se deve ao fato dos produtos originários de Santa Catarina terem uma grande aceitação tanto em mercados internos quanto em mercados externos. A diversificação cada vez maior do plano produtivo contribuiu também para esse crescimento da participação catarinense.

Com relação ao nível de emprego, a situação de Santa Catarina permaneceu relativamente estável se comparados com o Brasil. A taxa de desocupação, ou taxa de desemprego aberto, é a porcentagem das pessoas economicamente ativas em relação às pessoas

economicamente ativas. Pelos dados da taxa de desocupação no período de 2005 e 2010, o desemprego de Santa Catarina apresentou-se estável, com um leve aumento no ano de 2009, mas com uma queda já no ano de 2010. A Tabela 7 mostra esses dados.

Tabela 7: Taxa de desocupação em Santa Catarina (2005-2010). Em %.

Ano	Taxa de desocupação
2005	4,5
2006	4,7
2007	4,7
2008	4,5
2009	5,3
2010	3,5

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>.

Observamos uma certa estabilidade no nível de desemprego numa média de 4,6% entre 2005 e 2008, que se elevou no ano de 2009 para 5,3%, e no ano de 2010 ocorre uma queda para um valor de 3,5%. Concluimos que com relação ao emprego, as políticas adotadas pelo governo brasileiro surtiram efeito na economia brasileira, já que o desemprego não se elevou de forma substancial no ano da crise, e no ano seguinte reduziu-se para um patamar abaixo do anterior.

O emprego em Santa Catarina ficou relativamente estabilizado nesse período crise pois isso foi resultado das políticas anticíclicas do governo brasileiro. Segundo Venturi e Mattei (2010), o comportamento do emprego no estado passou a assumir os mesmos moldes do emprego no Brasil a partir de 1999, quando o regime de privatizações dominava a política no país. A partir deste período, houve um aumento das ocupações informais juntamente com um aumento substancial das ocupações no setor terciário. Segundo dados do IBGE, já em 2006 o emprego no setor terciário ultrapassava 50%. Nesse setor são incluídos o comércio, a prestação de serviços e a administração pública. Visto que o setor de serviços no Brasil foi beneficiado com as políticas adotadas pelo governo, tendo apenas uma redução no crescimento enquanto que os outros setores tiveram recessão, era de se esperar que em Santa Catarina o desemprego se mantivesse relativamente estável.

4.2 SITUAÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL ANTES DA CRISE

Como foi visto no capítulo anterior, a economia catarinense sempre foi uma das principais economias regionais do Brasil, principalmente se levarmos em conta que é um dos menores estados do país. O estado portanto sempre esteve inserido no contexto comercial externo brasileiro devido a sua estrutura produtiva bastante diversificada. Podemos perceber o quanto a economia catarinense é importante para o setor externo brasileiro analisando a Tabela 8 abaixo.

Tabela 8: Participação das exportações e importações catarinenses na balança comercial brasileira. Em US\$ 1000 FOB.

Ano	Exportações	Part. %	Importações	Part. %
2000	2.712.493	4,92	957.170	1,71
2001	3.031.172	5,20	860.394	1,54
2002	3.160.456	5,22	931.395	1,97
2003	3.701.854	5,05	993.810	2,05
2004	4.862.608	5,03	1.508.950	2,40
2005	5.594.239	4,72	2.188.540	2,97
2006	5.982.112	4,34	3.468.768	3,79
2007	7.381.839	4,59	5.001.944	4,14
2008	8.310.528	4,17	7.940.724	4,59

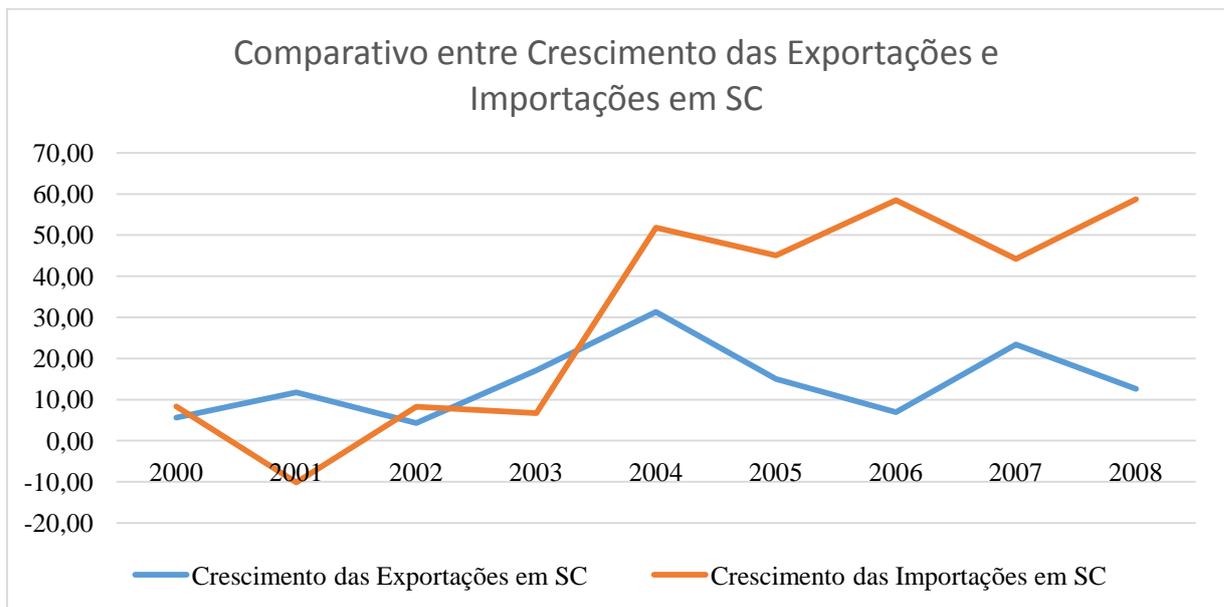
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>>.

Pelo que vimos no capítulo anterior, e que é corroborado pela Tabela 8 acima, apesar da fase de grande crescimento da economia brasileira, a economia catarinense não conseguiu acompanhar da mesma maneira. Isso fica explicitado pela crescente queda da participação nas exportações brasileiras, que ainda de maneira tímida, cai de 5,2% em 2001 para 4,17% em 2008, ainda sem os efeitos da crise. E de forma ainda mais impactantes, a participação das importações feitas pelo estado saltam de 1,71% em 2000 para 4,59% em 2008, o que nos indica uma crescente perda de dinamismo na balança comercial de Santa Catarina.

É interessante observar esse comportamento de aumento das importações catarinenses a partir do comparativo entre essas duas variáveis, como pode-se observar no Gráfico 7. Segundo Zanela et al (2010), esse resultado impactante de um aumento expressivo das importações catarinenses, é resultado de um mesmo contexto pelo que passou a economia brasileira, qual seja, a valorização da moeda brasileira no período, o que contribuía para a

facilidade de importar no período. Ainda para o autor, a redução do risco-país brasileiro no período contribuiu para o aumento do Investimento Externo Direto dos países estrangeiros no Brasil. Isso aliado ainda do aumento da demanda interna no período de ascensão da economia brasileira, que levaram ao governo adotar políticas fiscais que estimularam as importações por causa da falta de oferta interna.

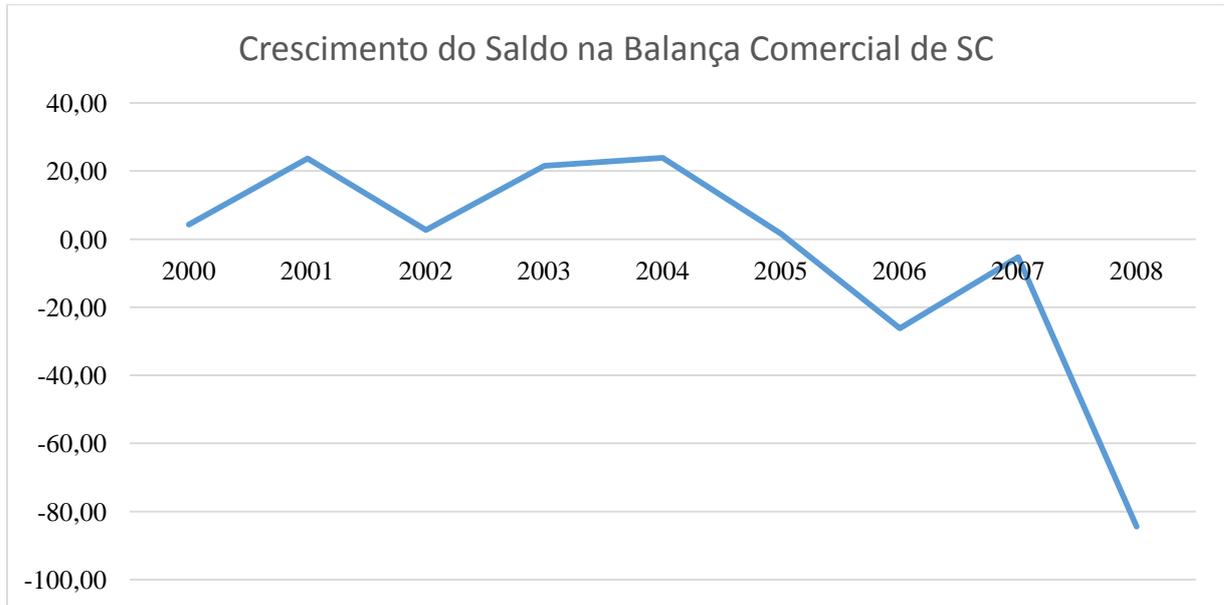
Gráfico 7: Comparativo entre o crescimento das exportações e importações na economia catarinense (2000-2008). Em %.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>>.

Esse crescimento do nível de importações catarinenses não era acompanhado pelo crescimento das exportações, o que acabou levando para um déficit na balança comercial de Santa Catarina imediatamente antes da eclosão da crise econômica no Brasil. Na verdade, ao final de 2008, já eram sentidos os primeiros impactos da crise mundial nas economias dominantes, e isso impactava negativamente na economia do estado na medida em que reduzia-se a capacidade de exportação catarinense. Os resultados negativos da balança comercial catarinense podem ser observados no Gráfico 8 abaixo.

Gráfico 8: Crescimento do saldo da balança comercial catarinense (2000-2008). Em %.



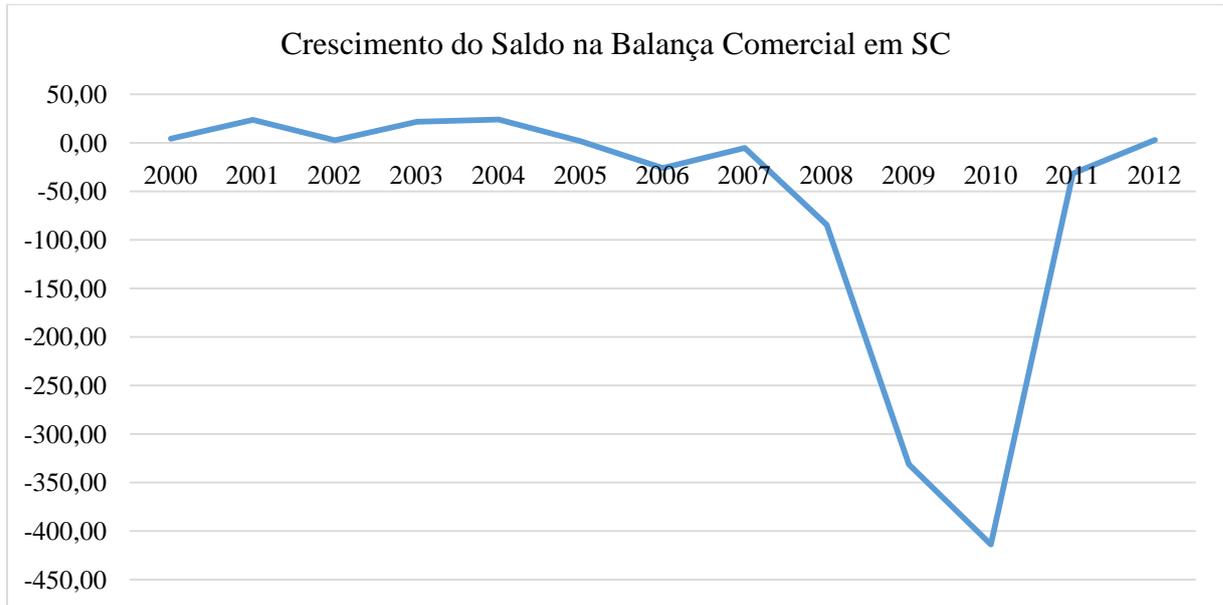
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>>.

Segundo dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2009), dos cinco principais países para onde vão as exportações brasileiras, quais sejam, Estados Unidos, Holanda, Argentina, Japão e Alemanha, todos esses com exceção da Argentina, sofreram de forma mais impactante os efeitos da crise mundial já ao final de 2008, o que explica o resultado de crescimento negativo acima de 80% do saldo da balança comercial catarinense. Com relação apenas aos Estados Unidos, o principal destino das exportações catarinenses, as exportações em FOB caíram de aproximadamente US\$ 1,4 bilhão em 2006, para US\$ 1,1 bilhão ao final do ano de 2008.

4.3 BALANÇA COMERCIAL DE SANTA CATARINA PÓS-CRISE MUNDIAL

Pelas informações da seção anterior já era possível observar que a economia catarinense vinha encontrando dificuldades para manter superavitária sua balança comercial, já que as importações não paravam de crescer enquanto as exportações começavam a sofrer os primeiros efeitos do enfraquecimento das economias dominantes economicamente. O Gráfico 9 mostra o crescimento do saldo da balança comercial catarinense durante todo o período que vai de 2004 até 2012.

Gráfico 9: Crescimento da balança comercial de Santa Catarina (2000-2012).



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>>.

O principal aspecto na análise desse gráfico diz respeito ao grande baque causado pela crise econômica na balança comercial catarinense. Como foi observado no Capítulo 2 deste trabalho, o formato do gráfico se assemelha muito com os gráficos de desempenho do crescimento do PIB mundial e da Zona do Euro. Os resultados do Gráfico 9 permitem observar que houve um decréscimo de quase 450% no saldo da balança comercial catarinense no ano de 2010. Isso permite que algumas conclusões sejam observadas, e dentre elas se destaca os fracos resultados dos pacotes de medida econômicos do governo brasileiro na economia catarinense. Vimos no Capítulo 3, que as medidas que o governo brasileiro tinha adotado serviram para proteger em primeiro lugar o setor de serviços da economia brasileira. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o setor de serviços é responsável por entre 55% e 60% do PIB catarinense. A produção industrial corresponde por cerca de 35%, e o restante com o setor de agronegócio. Mesmo com as medidas econômicas adotadas pelo governo brasileiro, a produção industrial e a agropecuária entraram em recessão. Sendo esses dois itens o carro-chefe das exportações catarinenses, era de se esperar que a redução na balança comercial fosse acentuada no período.

Em números absolutos, o saldo na balança comercial catarinense chegou a quase US\$ 3,5 bilhões no ano de 2005, o valor mais alto nos últimos anos segundo dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2013). Como mostra a Tabela 9, o ano de 2008, cinco anos atrás, foi o último ano em que a balança comercial catarinense foi

superavitária, chegando ao seu pior resultado no ano de 2011, onde apresentou um déficit de aproximadamente US\$ 5,8 bilhões.

Tabela 9: Saldo da balança comercial catarinense (2004-2012), em US\$ FOB.

Ano	Saldo	Var. %
2004	3.353.658	23,84
2005	3.405.699	1,55
2006	2.513.344	-26,20
2007	2.379.895	-5,31
2008	369.804	-84,46
2009	-855.638	-331,38
2010	-4.396.083	-413,78
2011	-5.789.930	-31,71
2012	-5.630.947	2,75

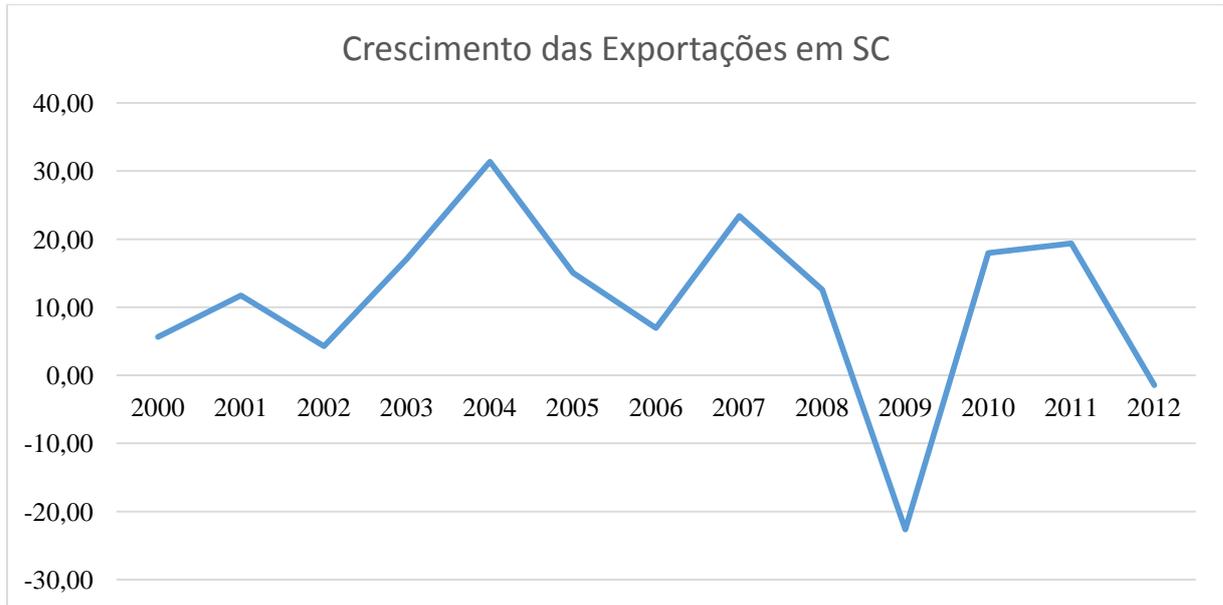
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sito/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>>.

Com os dados que podemos observar, a balança comercial catarinense parece não dar sinais de recuperação frente a crise econômica. Resta portanto destrinchar ainda mais as variáveis que compõem a balança comercial, e tentar entender o porquê de resultados tão negativos nos últimos anos.

O estado de Santa Catarina sempre foi reconhecido por sua capacidade exportadora graças a diversificação de sua estrutura produtiva, e as inúmeras grandes empresas que são inclusive referências mundiais em suas áreas, como BR Foods, WEG e Tigre só para citar algumas.

É possível observar através do Gráfico 10 que as exportações catarinenses seguiram uma trajetória de crescimento irregular durante o período analisado. Atingiu o pico de seu crescimento no ano de 2004, com um crescimento de 31,36% com relação ao ano anterior. Seu pior resultado foi registrado justamente no ano de 2009, auge do período da crise econômica mundial, quando as exportações caíram 22,66%, fruto do desaquecimento dos mercados mundiais. Após recuperações de crescimento significativas nos anos de 2010 e 2011, com taxas anuais de aproximadamente 17%, as exportações voltaram a cair no ano de 2012, ainda que de forma modesta, em 1,44%.

Gráfico 10: Crescimento das exportações catarinenses (2000-2012). Em %.



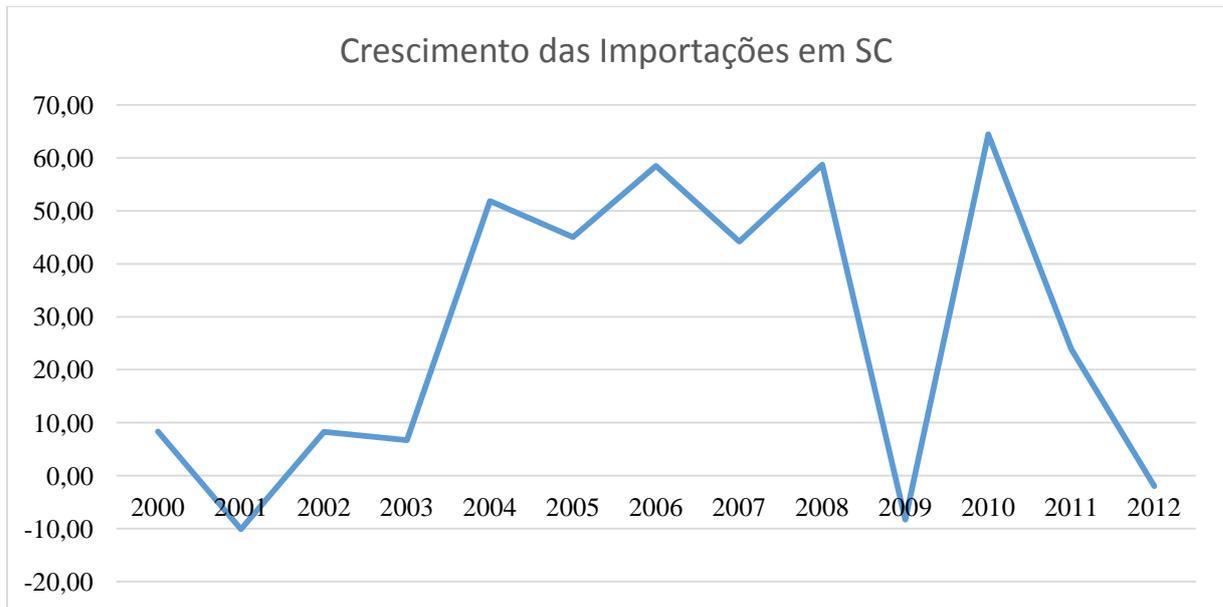
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>>.

Enquanto que o crescimento das exportações foi instável, com um ano de contração, o crescimento das importações do estado de Santa Catarina podem ser separados em dois períodos, descontando-se o período óbvio de contração nas importações durante o ano de 2009.

Como podemos perceber pelo Gráfico 11, o crescimento das importações foi muito mais elevado que o crescimento das exportações no período anterior à crise. Isso pode ser explicado de duas formas. A primeira delas é a de que o período anterior da crise era propício para importar produtos já que a economia brasileira estava aquecida, beneficiando-se de contexto externo favorável. A outra explicação se dá pela taxa de câmbio, que passa por esse período que vai de 2002 até 2008 em constante apreciação, fazendo com que os produtos do exterior ficassem mais baratos. Esse primeiro período então é marcado por grandes aumentos da capacidade de importar do estado catarinense.

O segundo período é o que estamos presenciando, e inicia-se após a recuperação da crise, quando as importações voltam a crescer já em 2010. A nova depreciação do câmbio brasileiro faz com que o crescimento das importações se dê em 2011 de forma mais contida do que em 2010, e no ano de 2012, houve uma contração desse crescimento.

Gráfico 11: Crescimento das importações catarinenses (2000 – 2012). Em %.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>>.

Como é possível observar no Gráfico 11, a taxa de crescimento das importações chegou a 58,75% em 2008, no seu maior valor pré-crise, obtendo entre os anos de 2004 até 2008, uma média de aproximadamente 50% ao ano. Com a eclosão da crise houve uma retração de 8,28%, e já no ano seguinte o maior aumento de todo o período analisado, no qual a taxa de crescimento das importações chegou a 64,46%. Após o ano de 2010, a taxa de crescimento cai mais da metade, e torna-se negativa já no ano de 2012.

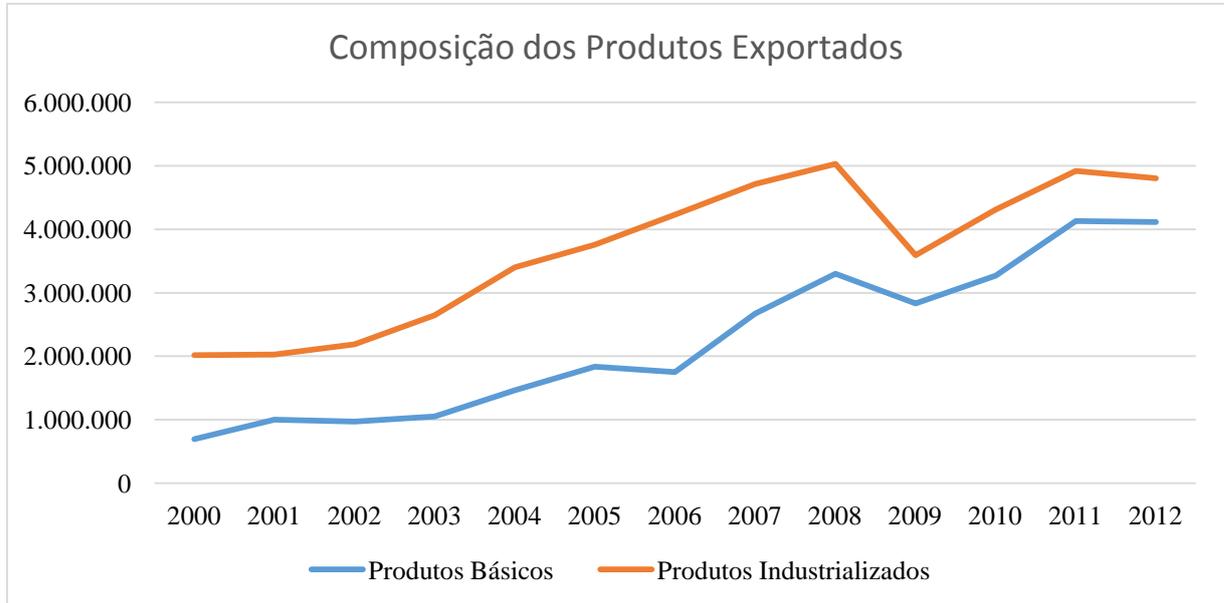
Podemos analisar também separadamente cada categoria de produto tanto para exportação, quanto para importação. Separaremos a produção em produtos básicos, que são produtos de baixo valor, intensivos em mão-de-obra, com uma cadeia produtiva simples e que sofrem poucas transformações. Como exemplo temos extração de carvão e a agricultura.

Temos também a categoria dos produtos industrializados, que são divididos em semimanufaturados, que é um produto que passou por algum tipo de transformação, caso do couro por exemplo e, manufaturados, que são produtos que empregam uma maior tecnologia, que podem ser exemplificados pelos motores fabricados pela WEG.

O Gráfico 12 abaixo demonstra a composição dos produtos exportados em US\$ 1000 FOB. Apesar de termos muitas terras que são aproveitadas pela agricultura, os produtos industrializados são os mais importantes na pauta de exportação da economia catarinense. Em todo o período observado eles estão à frente dos produtos básicos. E além disso, essas duas categorias seguem basicamente o mesmo ritmo, qual seja, um crescimento até a eclosão da

crise, seguido de uma retração do valor exportado. Nesse caso, a queda maior foi a dos produtos industrializados, mas nada muito diferente do setor de produtos básicos.

Gráfico 12: Composição da exportações catarinenses (2000-2012), em US\$ 1000 FOB.

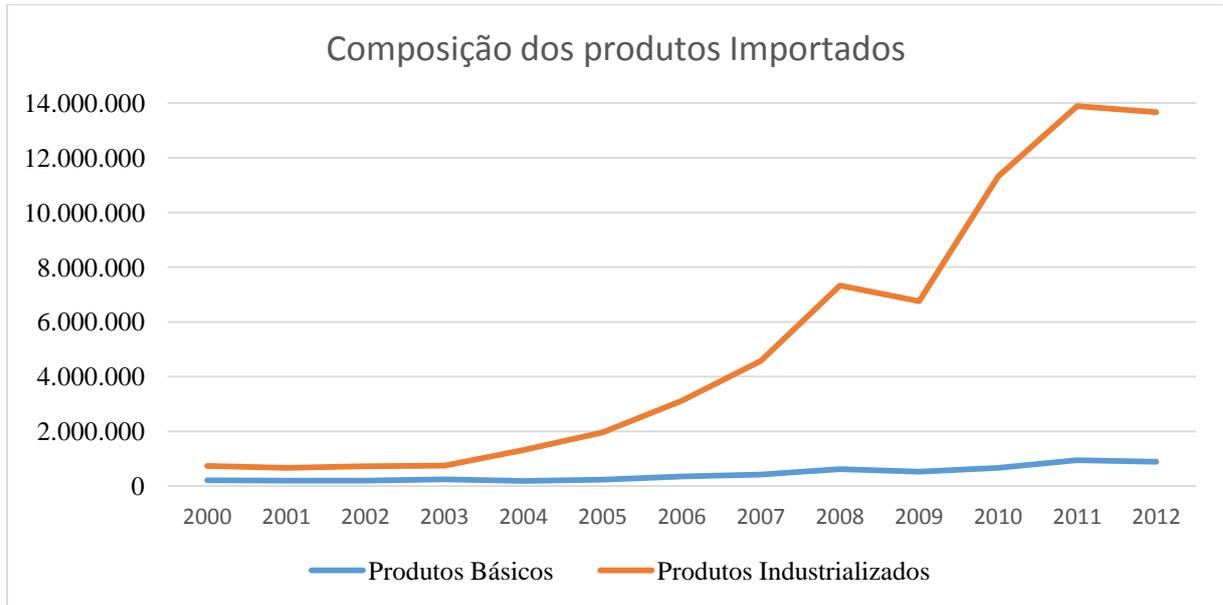


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sito/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>>.

O melhor momento antes da crise com relação à exportação de produtos industrializados foi em 2008, quando foi exportado US\$ 5 bilhões. Com a eclosão da crise, houve uma queda em 2009, mas já em 2011 o valor exportado voltou ao mesmo patamar de 2008. Com relação aos produtos básicos, antes da crise em 2008, as exportações atingiram US\$ 3,3 bilhões, e após a retração, a categoria voltou a crescer, alcançando um patamar maior do que o que tinha antes da crise, passando a exportar em 2011 cerca de US\$ 4,1 bilhões.

Já pelo lado das importações, é gritante a diferença no que diz respeito aos dois tipos de produtos. Eles partem de um patamar quase do mesmo nível, com os produtos industrializados ligeiramente na frente, mas por algumas razões já expostas aqui, a importação de produtos industrializados cresce quase 1750% no período de 2000 até 2012. Os produtos básicos também cresceram, cerca de 311%, mas parecem quase insignificantes perto do crescimento da importação dos produtos industrializados. Esses dados são expostos no Gráfico 13.

Gráfico 13: Composição das importações catarinenses (2000-2012), em US\$ 1000 FOB.



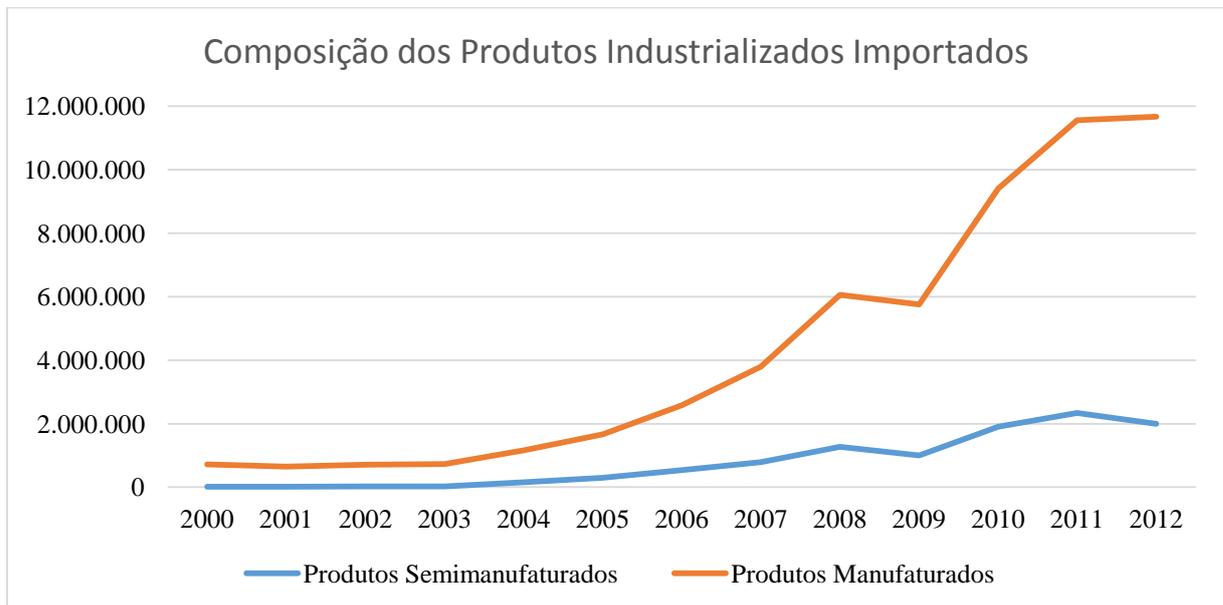
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br//sio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>>.

Pela análise do Gráfico 13, a importação de produtos industrializados teve um crescimento quase que exponencial, e chegou a aproximadamente US\$ 7,5 bilhões, tendo uma retração no período da crise, mas recuperando a altíssima taxa de crescimento, chegando a quase US\$ 14 bilhões, e com a depreciação do real, em 2011 esse coeficiente parece ter estagnado. A importação de produtos básicos se mantém estável com um leve crescimento durante todo o período, tendo inclusive também uma leve queda durante a crise de 2008. As importações desse tipo de produto chegaram a US\$ 950 milhões em 2011, e apresentou a mesma estagnação que os produtos industrializados tiveram.

Pelos dois últimos gráficos, fica evidente que são os produtos industrializados que mais movimentam a balança comercial de Santa Catarina. A partir desse fato podemos então estudar as duas categorias de produtos industrializados, quais sejam, os produtos manufaturados e os produtos semimanufaturados. No estado catarinense, os produtos semimanufaturados estão representados pelas carnes processadas, enquanto que nos manufaturados, temos os motores elétricos.

Pelo Gráfico 14 podemos observar que as importações de produtos manufaturados ficaram muita acima da exportação de produtos semimanufaturados, sendo o crescimento anual da exportação maior nos produtos manufaturados em relação aos semimanufaturados. Apesar disso, os produtos manufaturados cresceram bastante em relação ao início do período em estudo.

Gráfico 14: Composição dos Produtos Industrializados Importados (2000-2012), em US\$ 1000 FOB.

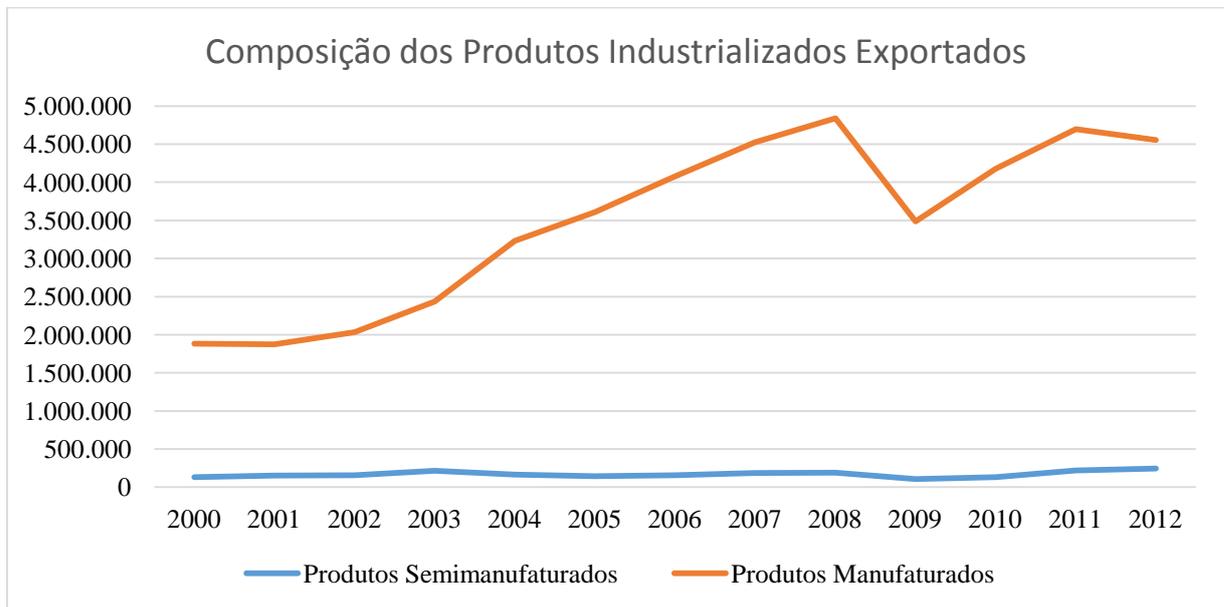


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sito/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>>.

Percebe-se pela análise do Gráfico 14 que as importações de produtos manufaturados cresceram numa proporção muito maior que a dos produtos semimanufaturados. Nos produtos manufaturados, os resultados passaram de US\$ 720 milhões em 2000, para quase US\$ 12 bilhões em 2011, tendo ocorrido uma estagnação nesse processo de crescimento a partir desse mesmo ano. Os produtos semimanufaturados também tiveram um notável crescimento, pois saíram de cerca de US\$ 19 milhões em 2000, para chegar a pouco mais de US\$ 2 bilhões em 2011, tendo dado também uma estagnada. Cabe ressaltar que as exportações desses produtos declinaram com a eclosão da crise econômica.

Se os produtos semimanufaturados cresceram de importância no período na quantidade importada, o mesmo não dá para dizer da quantidade exportada desses produtos. Esse tipo de produto manteve praticamente estável a sua participação na quantidade exportada na economia. Por outro lado, os produtos manufaturados apresentaram um enorme dinamismo no período, só interrompido aí pelos efeitos causados pela crise econômica mundial. Esses resultados podem ser observados no Gráfico 15 abaixo.

Gráfico 15: Gráfico: Composição dos Produtos Industrializados Exportados (2000-2012), em US\$ 1000 FOB.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sito/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>>.

Vale ressaltar que o crescimento da importância dos produtos manufaturados se dá fortemente antes da crise, com o valor saindo da casa de US\$ 2 bilhões em 2000, e chegando em quase US\$ 5 bilhões em 2008. Com a chegada da crise, essa categoria sofre um grave revés, com o seu valor caindo em 2009 para cerca de US\$ 3,5 bilhões, e volta a crescer já no ano seguinte, porém, sem atingir o patamar que havia alcançado anteriormente, sendo que em 2011 o fator exportado entra novamente em recessão, sendo visível que esse resultado prejudicou a balança comercial catarinense de certa forma. Quanto aos produtos semimanufaturados, seu coeficiente exportado se manteve estável durante o período, chegando no auge em 2003, com um valor de US\$ 214 milhões, tendo esse valor caído pela metade quando do impacto da crise econômica, chegando em 2009 na casa de US\$ 105 milhões, e se recuperado após esses acontecimentos, chegando no seu valor máximo após a crise de US\$ 250 milhões no ano de 2012, portanto não entrando em crescimento negativo como a maioria das outras variáveis apresentadas.

Um outro ponto da discussão será observar o resultado dos principais produtos da pauta de exportação e importação do estado de Santa Catarina. Foram utilizados dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2009) imediatamente antes da crise, e no ano em que a crise vem com força total, o ano de 2009, sendo assim possível observar

os danos causados na balança comercial catarinense no período de crise pela ótica dos principais produtos que fazem parte da pauta de exportação ou de importação.

A Tabela 10 apresenta os principais produtos exportados pela economia catarinense, em US\$ FOB, nos mostrando seis dos principais produtos que compõem a pauta de exportação do comércio internacional catarinense.

Tabela 10: Principais produtos exportados pelo estado Santa Catarina (2006-2009). Em US\$ FOB.

Item	Ano			
	2006	2007	2008	2009
Pedaços e miudezas de galinha	685.092.903	969.019.972	1.263.816.975	991.238.691
Fumo	407.186.510	449.958.216	614.012.781	679.131.875
Motocompressor	347.779.314	395.957.489	409.686.353	343.813.165
Grãos de soja	46.015.689	302.850.975	184.643.120	93.594.409
Carne de suíno congelada	206.086.369	256.693.189	318.359.202	261.855.793
Preparações alimentícias de galo	158.593.537	233.731.526	293.691.307	276.753.952

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>>.

Pelo que podemos observar na Tabela 10, apenas um dos seis produtos não teve uma retração em seus valores exportados. O fumo continuou sua trajetória de crescimento mesmo no ano da crise econômica. O principal item da pauta de exportação da economia catarinense, pedaços e miudezas de galinha, de 2006 para 2007 passou a possuir mais que o dobro da participação do fumo, segundo colocado, manteve esse crescimento em 2008, quando chegou a exportar US\$ 1,26 Bilhão, e sofreu com a recessão mundial, reduzindo o valor de suas exportações em US\$ 200 milhões.

Essa certa homogeneidade apresentada pelos produtos da pauta exportadora, no qual os produtos tem um trajetória de crescimento de certa forma estável, com os mesmo produtos quase sempre figurando nas primeiras posições, mostrando a força do estado em certos tipos de atividades, parece não ocorrer da mesma maneira com os produtos importados. Com relação aos produtos exportados, pode-se afirmar que o produto colocado na primeira colocação, pedaços e miudezas de galinha, é fruto de um setor agropecuário fortíssimo principalmente no oeste de Santa Catarina, com três concorrentes de grande porte, quais sejam, Aurora, BR Foods e Seara.

Com relação ao setor importador, a Tabela 11 claramente nos mostra, com base nos seis produtos escolhidos para a observação, que temos um primeiro colocado que deve permanecer nesse posto por um bom tempo, e outros produtos que ficam se revezando ano a ano as suas posições.

Tabela 11: Principais produtos importados pelo estado Santa Catarina (2006-2009). Em US\$ FOB.

Item	Ano			
	2006	2007	2008	2009
Catodos de Cobre	395.517.261	551.733.966	868.258.481	687.253.717
Fio de Fibras Artificiais	32.391.938	115.150.415	95.615.932	168.010.505
Outros Polímeros	125.824.059	138.980.783	187.510.559	158.447.052
Outros Polietilenos	107.369.702	92.529.222	140.292.461	150.800.930
Fio Texturizado	40.347.508	53.011.780	94.272.761	109.157.085
Malte não torrado	66.114.880	40.898.676	77.975.654	99.267.613

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>>.

Por essa apresentação dos produtos importados destaca-se na primeira posição, bastante a frente dos outros, os catodos do cobre que são insumos para as empresas do setor de metal-mecânica, sendo as principais delas a WEG em Jaraguá do Sul, e a Fundação Tupy em Joinville. O valor importado vinha de uma trajetória de crescimento até a eclosão da crise, o que é explicado pelo desaquecimento da demanda externa, levando a redução da produção desse ramo de empresas, necessitando assim menos do produto importado.

Outro aspecto importante é com relação ao aumento da importação de produtos utilizados na indústria têxtil catarinense, como por exemplo os fios de fibras artificiais, o fio texturizado e outros polietilenos. Esse é um aspecto importante, pois mostra a evolução do processo de terceirização nesse tipo de indústria, que passa a ser apenas montado nas empresas catarinenses, tendo a sua matéria prima, que é o tecido, sendo importada principalmente da China.

Uma característica diferente com relação ao bojo de produtos exportados, está na não homogeneidade dos produtos importados. Com a exceção do catodo de cobre, os valores variam muito, para mais ou para menos nos outros produtos. O segundo colocado no ano de 2009, e que estava em terceiro em 2008, o item fio de fibras artificiais, vem de uma instabilidade em seus números que inclusive apontaram para um crescimento desse valor importado mesmo

no ano da eclosão da crise econômica. A categoria outros polietilenos foi outra que continuou tendo crescimento mesmo na crise. Uma explicação para isso residiria no fato de que esses produtos são utilizados como insumos para a produção de outros produtos para o consumo no mercado interno. Esses polietilenos podem ser usados em empresas com a Tigre e a Krona, ambas de Joinville, para a produção de encanamentos. Como esses materiais são mais utilizados em construções, setor que foi beneficiado pelos programas do governo na expansão da liquidez no combate a crise, e perfeitamente viável essa hipótese.

Após a análise dos tipos de produtos importados e exportados pelas indústrias catarinenses, cabe agora ser feita uma análise sobre as principais empresas exportadoras e importadoras do estado. Para a confecção das tabelas, foram utilizados os dados fornecidos pelo MDIC do período que vai do ano de 2006, até o ano de 2009. A Tabela 12 traz a lista das sete principais empresas exportadoras no estado no ano de 2006, e sua evolução até o ano de 2009.

Tabela 12: Principais empresas exportadoras catarinense (2006-2009). Em US\$ FOB.

Empresa	Ano			
	2006	2007	2008	2009
Multibrás/Whirpool	364.510.577	613.425.426	623.936.641	505.642.735
WEG	434.089.538	552.348.625	658.200.009	518.906.825
Seara	345.655.475	522.800.644	739.756.693	622.625.671
Perdigão	348.536.531	457.700.329	494.953.643	100.212.169
Sadia	302.749.362	432.120.907	587.186.533	473.460.901
Universal Leaf	243.808.186	289.700.294	286.857.150	378.904.548
Tupy	302.450.610	282.285.636	347.780.767	167.793.133
Brasil Foods	-	-	-	359.190.999

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>>.

Pela análise da Tabela 12, observa-se que praticamente todas as empresas sentiram os efeitos da crise mundial no ano de 2009. Elas vinham de um considerável crescimento no próspero período anterior à crise, e acabaram sofrendo com os seus impactos. A exceção fica por conta da empresa Universal Leaf, produtora de tabaco, que inclusive teve um aumento expressivo em suas exportações no ano da crise. Isso pode ser explicado pelo cigarro ser um produto inelástico, ou seja, mesmo que o dependente esteja numa situação financeira ruim, ele não deixará de consumir o produto.

A empresa que mais teve dificuldades nesse período foi a Tupy, com suas exportações caindo quase 50% entre o ano de 2008 e 2009. A Perdigão não pode ser considerada

a empresa mais afetada no período pois no ano de 2009 foi criada a Brasil Foods S/A, onde foi feito uma fusão entre as ações da Sadia, com o capital social da Perdigão. Então parte dos resultados da Perdigão passaram para a Brasil Foods na Tabela 12. Essas sete empresas correspondiam em 2006 por mais de 40% das exportações catarinenses.

Com relação a análise sobre as empresas que mais importam, não é possível fazer uma análise mais precisa, categorizando em seis ou sete maiores empresas importadoras visto que no grupo das maiores empresas de cada ano, esse valor importado não chega a 25% do total importado em Santa Catarina. O grupo de empresas importadoras é muito maior que o de empresas exportadoras.

Porém algumas conclusões podem ser feitas. Analisando dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, as principais empresas importadoras são multinacionais estrangeiras. Exemplos são a Dow Brasil, Copper Trading e Diamond Business Trading. Com exceção da Dow Brasil, companhia do ramo da Química, as outras duas empresas são empresas de comércio exterior, importadoras que utilizam os portos de Santa Catarina como parte de suas operações. Por esse motivo, não existe um comprometimento dessas empresas com o estado de Santa Catarina no sentido de que, mesmo o estado com um déficit comercial, essas empresas não explicam essa situação.

Uma última análise precisa ser feita para que possamos entender os movimentos da balança comercial catarinense em decorrência da crise. Ainda é preciso analisar os principais países parceiros comerciais de Santa Catarina. A Tabela 13 mostra os principais países que são destinos das exportações catarinenses no período de 2006 até 2009.

Tabela 13: Destino das exportações catarinenses (2006-2009). Em US\$ FOB.

País	Ano			
	2006	2007	2008	2009
EUA	1.390.665.972	1.277.363.371	1.138.616.610	745.697.539
Holanda	260.262.484	432.771.120	554.527.227	526.706.531
Argentina	396.283.327	522.451.783	547.590.406	409.326.111
Japão	228.766.784	328.738.280	558.180.900	315.380.850
Alemanha	284.241.938	367.245.174	369.384.913	272.001.037

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>>.

Por esses dados, fica evidente que os principais países para onde se destinam as exportações catarinenses, estavam diretamente inseridos no contexto de recessão global. Além

dos Estados Unidos, berço da crise mundial, temos dois países da Zona do Euro, e outra economia central que é o Japão. Esses países sofreram graves prejuízos decorrentes da eclosão da crise mundial, o que contribuiu para um resultado tão ruim da balança comercial catarinense nesse período.

O comércio com os Estados Unidos vinha em um grande retrocesso desde o ano de 2006, porém quando olhamos para o ano da crise, observa-se uma queda no valor das exportações que passam de US\$ 1,1 bilhão em 2008, para US\$ 745 milhões em 2009, sendo esse país o que mais deixou de importar produtos catarinenses no período da crise em números absolutos.

Outro forte baque veio da economia japonesa, onde as relações comerciais com o estado de Santa Catarina estava melhorando cada vez mais. O valor exportado para o Japão vinha em ascensão desde 2006, com taxas de crescimento bastante elevadas, principalmente na transição de 2008 para 2009, quando as exportações chegaram a US\$ 558 milhões. Com a chegada da crise econômica, essas exportações caem quase que pela metade chegando US\$ 315 milhões.

Com o baque sofrido pelas exportações catarinenses, ainda é preciso analisar o resultado das importações catarinenses, que mesmo com o período de crise, se mantiveram relativamente no mesmo nível, com apenas uma leve recessão no ano de 2009. A Tabela 14 mostra cinco dos principais países originários de importações catarinenses.

Tabela 14: Origem das principais importações catarinenses (2006-2009). Em US\$ FOB.

País	Ano			
	2006	2007	2008	2009
China	459.875.145	927.074.651	1.622.215.704	1.712.653.371
Argentina	603.338.001	701.397.585	946.058.741	869.576.974
Chile	403.952.572	528.268.894	930.886.633	734.040.280
EUA	281.562.291	416.886.567	673.398.016	618.291.536
Alemanha	177.067.757	293.742.359	348.281.527	316.743.692

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>>.

O primeiro resultado que chama a atenção é a ascensão da China como parceira comercial catarinense. O país vinculava na segunda posição em 2006, atrás da Argentina, passou para primeiro em 2007, e começou a se distanciar muito com relação a outros países. Tendo as importações brasileiras se originados na China mais do que duas vezes mais que a

Argentina, e além disso, esse crescimento de importações vindo do país asiático só aumentando, mesmo no ano de 2009, explica o porquê do saldo na balança comercial tão deficitário no período.

Outra observação importante reside no fato de, apesar das exportações para os Estados Unidos terem se reduzido de forma drástica no ano da crise, o estado de Santa Catarina deixou de importar dos norte-americanos nesse período, um valor proporcionalmente muito mais baixo, quase que igualando ao valor das exportações para os EUA, e acabando com o enorme saldo que o estado tinha com o país.

CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a analisar os possíveis impactos da crise de 2008 na balança comercial de Santa Catarina. Para isso, buscou-se um melhor entendimento sobre como surgiu essa crise, como ela afetou a economia mundial e quais as possíveis soluções para combater a recessão global.

Como vimos, a crise mundial se iniciou no mercado imobiliário norte-americano, num contexto de crescente desregulamentação financeira no auge do liberalismo econômico. A falta de regulamentação no sistema financeiro fez com que boa parte dos ativos fosse securitizada, ou seja, tivesse seu risco diluído para diversas outras aplicações. Isso aliado a um imenso período de taxas de juros baixas e a crescente disponibilização de hipotecas à pessoas que não precisavam comprovar que teriam como quitar suas dívidas, as chamadas hipotecas *subprime*. Isso levou a criação de uma bolha imobiliária, que após o seu estouro, levou ao colapso diversas instituições que tinham esses ativos encarteirados.

Através das inovações financeiras desenvolvidas ao longo dos últimos anos, permitiu-se que os ativos financeiros se espalhassem mais rapidamente entre as diferentes bolsas de valores ai redor do globo. Com o sistema financeiro mundial cada vez mais interligado, a crise se espalhou para todo o planeta com certa rapidez, e então os governos centrais tiveram que intervir em muitos casos para que a recessão não fosse ainda pior. Mudou portanto o jeito de se fazer política econômica, com os governos tendo papel fundamental para que se tenha alguma regulamentação nos mercados financeiros.

No Brasil, a crise chegou através do esgotamento da capacidade importadora das economias centrais. Sendo o Brasil um país com um elevado índice de exportação, sofreu as consequências de uma perda de dinamismo nos mercados mundiais. Porém, a resposta brasileira à crise foi rápida e eficaz num primeiro momento. O governo renunciou à arrecadação de alguns impostos importantes para tentar estimular o nível de consumo. A redução do IPI e do IOF ao mesmo tempo que estimularam o consumo, estimularam o nível de produção para que ficasse num patamar relativamente estável.

Durante o período mais grave da crise, a economia brasileira recuou apenas 0,2% no ano de 2009, o que é um indício de que as políticas para estimular a demanda, aumentar a liquidez dos bancos, e a continuidade de projetos cruciais como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, serviram no seu propósito de conter os malefícios da crise.

A análise dos dados sobre a balança comercial catarinense foi feita através da coleta de dados nos sites da FEPESE, IBGE e do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e

Comércio Exterior. Através do estudo dos gráficos e tabelas, percebeu-se uma tendência a um grande aumento das importações no estado. Esse elevado crescimento nas importações do estado, juntamente com a queda nas exportações decorrentes do fraco dinamismo no mercado mundial, contribuíram para que a balança comercial catarinense se tornasse deficitária após o ano de 2009 e permanecendo nessa situação pelo menos até o ano de 2013.

Esse surto de importações pelo que está passando a economia catarinense é fruto de diversos fatores. Um deles reside na política cambial utilizada pelo governo brasileiro. A taxa de câmbio brasileira foi se apreciando ano a ano após o período conturbado de crises econômicas no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Essa apreciação continuou até que a economia começasse a sentir os efeitos da crise econômica.

Outro fator que contribuiu para os crescentes déficits na balança comercial catarinense vem de seus parceiros comerciais. Pelo lado das exportações, os principais parceiros da economia catarinense eram Estados Unidos, Alemanha, Holanda e Japão. Todos esses países estavam diretamente sofrendo as consequências da crise mundial, o que levou a uma natural redução do volume exportado do estado para esses países.

Pelo lado das importações, um dos pontos principais é com relação aos Estados Unidos. Enquanto que as exportações para os EUA decresceram muito no período da crise, as importações brasileiras de produtos vindos dos Estados Unidos, caíram em uma proporção muito menor com relação a queda das importações norte-americanas vindas de Santa Catarina. Os elevados saldos comerciais que o estado tinha com os EUA, quase que desapareceram com o surgimento da crise.

Outro aspecto que ainda diz respeito às importações é o crescente aumento destas vindas da China. Esse aumento das importações de produtos chineses vem em uma proporção muito grande, mesmo no período da crise, levando a balança comercial catarinense à amargurar elevados déficits.

A balança comercial catarinense sofreu com os impactos da crise mundial, seja pelo lado das exportações, com o desaquecimento da economia mundial e a incapacidade de vender produtos em grandes quantidades, seja pelo lado das importações, que não foram controladas em um contexto de crise e sem a contrapartida das exportações para que houvesse uma compensação.

REFERÊNCIAS

- ALBERINI, D.V.; BOGUSZEWSKI L.D. Por Dentro do Subprime: a crise imobiliária americana e seus impactos na economia brasileira. **Vitrine da Conjuntura**. v.1, n.2, 2008.
- ALMEIDA, J.G. Como o Brasil superou a crise. **Dossiê da Crise II**. Associação Keynesiana Brasileira, ago, 2010. p. 57-62.
- ARESTIS, P. A tragédia grega e a crise na Zona do Euro. **Dossiê da Crise II**. Associação Keynesiana Brasileira, ago, 2010. p. 36-40.
- ARIENTI, P.F.F.; INÁCIO, J.M. Instabilidade, desregulamentação financeira e a crise do sistema financeiro atual. **Cadernos Cedec**, nº 90, nov, 2010.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório Anual 2008**. Brasília. v.44, p. 1-253, 2008.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório Anual 2009**. Brasília. v.45, p. 1-237, 2009.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório Anual 2010**. Brasília. v.46, p. 1-236, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise financeira global e depois: Um novo capitalismo? **Novos Estudos CEBRAP**. v.86, p. 51-72, 2010.
- BORÇA JUNIOR, G.R; TORRES FILHO, E.T. Analisando a Crise do *Subprime*. **Revista do BNDES**. v.15, n.30, p.129-159, 2008.
- CAGNIN, R.F. O ciclo dos imóveis e o crescimento econômico nos Estados Unidos 2002-2008. **Estudos avançados**. v.23 (66), p.147-168, 2009.
- CARNEIRO, R. A globalização financeira: origem, dinâmica e perspectivas. **Texto para Discussão. IE/UNICAMP**, Campinas, n. 90, out. 1999.
- CARNEIRO, R. O Brasil Frente à Crise Global. **Interesse Nacional**. Abr/jun, 2009.
- CARNEIRO, R. O Desenvolvimento Brasileiro Pós-Crise Financeira: Oportunidades e Riscos. **Observatório da economia global**. Textos avulsos n.4, ago, 2010.
- CARVALHO, D.F. **A crise financeira dos EUA e suas prováveis repercussões na economia global e na América Latina: uma abordagem pós-minskyana**. III Encontro da associação Keynesiana Brasileira. 2010.
- CARVALHO, F.C. de. A crise econômica de 2010: Uma avaliação a meio do caminho. **Dossiê da Crise II**. Associação Keynesiana Brasileira, ago, 2010. p. 13-15.
- CORREA, V.P. Crescimento da dívida pública dos PIIGS Europeus e Movimentos Especulativos. **Dossiê da Crise II**. Associação Keynesiana Brasileira, ago, 2010. p. 32-35.

- EUROPEAN CENTRAL BANK. *Statistical Data Warehouse*. Diversos Números. Disponível em: <
http://sdw.ecb.int/quickview.do?SERIES_KEY=ESA.Q.I6.Y.0000.B1QG00.1000.TTTT.L.U.R&>.
- FARHI, M. SEÇÃO V - O impacto dos ciclos de liquidez no Brasil: Mercados financeiros, taxa de câmbio, preços e política monetária. **Política Econômica em Foco**, n. 7, p. 152-183, nov. 2005/abr. 2006.
- FARHI, M.; CINTRA, M.A.M. A arquitetura do sistema financeiro internacional contemporâneo. **Revista de Economia Política**. v.29, n.3, p.274-294, 2009.
- FEDERAL RESERVE BANK OF NEW YORK. *Markets*. Disponível em:
 < <http://www.newyorkfed.org/markets/statistics/dlyrates/fedrate.html>>.
- FERRARI FILHO, F. Como era de se esperar, a crise internacional chegou ao Brasil. E agora, o que fazer para mitigarmos os impactos da crise em 2009 e retomarmos o rumo do crescimento em 2010?. **Economia & Tecnologia**. Ano 05, v. 17, p.27-32, 2009.
- FREITAS, M.C.P. de; CINTRA, M.A.M. Inflação e deflação de ativos a partir do mercado imobiliário americano. **Revista de Economia Política**. v.28, n. 3 (111), p. 414-433, 2008.
- FEPESSE. **Portal da Economia de Santa Catarina**. Diversos Números. Disponível em:
 < <http://www2.fepese.org.br/portaldeconomia-sc/index.php>>.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 200p.
- GONÇALVES, R. **Crise econômica: Radiografia e soluções para o Brasil**. Out, 2008. p. 1-18.
- GONTIJO, C. Raízes da crise financeira dos derivativos subprime. **Texto para discussão 342, CEDEPLAR/FACE/UFMG**. 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Diversos números. Disponível em: <
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>.
- IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>.
- KREGEL, J.A. Riscos e implicações da globalização financeira para a autonomia de políticas nacionais. **Economia e Sociedade**, Campinas, (7): 29-49, dez.1996.
- LIMA, D.B.T; MATHIAS, J.F.C.M. **Uma interpretação da crise subprime segundo a abordagem de Hyman Minsky**. II Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira. Set, 2009.
- LINS, H.N.; MATTEI, L. Liberalização econômica e reestruturação produtiva: reflexos em Santa Catarina no limiar do novo século. In: MATTEI, L; LINS, H.N. (orgs.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó, SC, Argos, 2010. 420 p.

PAULA, L.F. de; FERRARI FILHO, F. Desdobramentos da crise financeira internacional. **Revista de Economia Política**. v. 31, n. 2 (122), p.315-335, 2011.

MAIA, G.B. da S. Racionamento de Crédito e Crise Financeira: Uma Avaliação Keynesiana. **Revista do BNDES**. v.16, n.31, p.61-84, 2009.

MAIA, G.B. da S. Sistemas Financeiros e Securitização: Implicações para a Política Monetária. **Revista do BNDES**. v. 15, n. 30, p. 207-229, 2008

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Balança comercial por Unidade da Federação**. Diversos números. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br///sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>>.

PASTORE, A.F.; PINOTTI, M.C. A Crise de 2008 e o Brasil. **Fórum Nacional – Edição extraordinária**. Estudos e pesquisa n.259, 2008.

PAULANI, L.M. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados**. v.23, n.66, p.25-39, 2009.

POCHMANN, M. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. **Estudos Avançados**. v.23, n.66, p.41-52, 2009.

PRATES, D.M. O Efeito-contágio da crise global sobre os países emergentes. **Dossiê da Crise II**. Associação Keynesiana Brasileira, ago, 2010. p. 53-55.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VENTURI, A.; MATTEI, L. Estrutura e dinâmica do mercado de trabalho em Santa Catarina na virada do século XX. In: MATTEI, L; LINS, H.N. (orgs.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó, SC, Argos, 2010. 420 p.

VERSIANI, F.R. A Economia Brasileira Nas Últimas Décadas: Avanços e Problemas. Nov, 2011. p. 1-30

WORLD BANK. Banco Mundial. **Databank**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/topic/economic-policy-and-external-debt>>.

ZANELA, A.B.; BORTOLUZZI, C.A.; ORLOWSKI, R.F. O comportamento da indústria catarinense a partir dos resultados da balança comercial entre 2000 e 2008. **Unochapecó**, 2010, p. 1-21.